

José Lopes da Silva

ESTUDO BÍBLICO DOCTRINA CATÓLICA

.....

LIVRO DOS REIS · I e II



José Lopes da Silva

ESTUDO BÍBLICO
DOCTRINA CATÓLICA

.....

LIVRO DOS REIS · I e II

2021

Copyright © 2021 José Lopes da Silva

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem a prévia autorização, por escrito, de seu autor.

1ª EDIÇÃO

DIAGRAMAÇÃO

Cia Das Ideias | @cia.das.ideias

IMAGENS

pixabay.com.br

pt.wikipedia.org

SUMÁRIO

.....

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DOS REIS · I e II.....	5
CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS	6
Esquemas.....	6
Discursos	6
Anúncio profético	6
Princípio teológico	7
A centralização do culto	8
A tensão na narrativa	8
O horizonte	9
Conversão e esperança.....	10
Estrutura da obra.....	10
MARCOS TEMPORAIS	10
O reino de Salomão.....	10
Os reinos divididos.....	11
A assembleia em Siquém	12
Reinos destruídos	13
ESTUDO DO PRIMEIRO LIVRO DOS REIS	15
Ciclo de Elias	31
ESTUDO DO SEGUNDO LIVRO DOS REIS.....	42
Elias e Ocozias.....	42
Ciclo de Elizeu	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DOS REIS · I E II

.....

O tema desenvolvido nos dois livros dos Reis é a continuação da monarquia que se iniciou com Saul e Davi. Depois de Salomão, a monarquia israelita se bifurca em dois reinos paralelos. Os livros narram a trajetória de cada um deles até a catástrofe sucessiva de ambos. Dir-se-ia se tratar de uma história trágica ou da “crônica de uma decadência”. A disposição do material histórico se revela, à primeira vista, como uma história concomitante de dois reinos - Israel, ao norte, e Judá, ao sul-, a partir da morte de Salomão. São, ao todo, 19 reis ao Norte e 19 reis ao Sul, com uma duração de 210 anos de reinado para Israel e 346 anos para Judá. A diferença mais crítica entre os dois é que Israel rompe com a dinastia davídica e muda oito vezes de casa reinante, enquanto Judá se mantém fiel à dinastia davídica. Este fato constitui um dos polos significativos dos livros. O paralelismo é usado pelo autor para ressaltar essa diferença. Em ambos os reinos surgem conspirações: ao Norte, uma conspiração causa a mudança de dinastia; ao Sul, a conspiração faz com que haja a mudança para um monarca da mesma dinastia. Ambos os reinos sofrem ataques externos: ao Norte, as pressões externas favorecem as mudanças dinásticas; ao Sul, mesmo os monarcas que foram impostos pertencem à dinastia de Davi. Por que isso acontece? Porque a dinastia davídica goza de uma promessa divina. Ela perdura pela fidelidade de seu Deus.

CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS

Esquemas

A série dos reis em Israel e em Judá é apresentada segundo um esquema fixo. Esses esquemas são interligados de modo sincrônico, de tal modo que a subida ao trono de um rei é datada sincronicamente segundo o ano de governo do outro. Esse sistema de datação apresenta certamente inúmeras dificuldades, mas apresenta como bom resultado a série completa de reis que se sucederam tanto no reino do Norte como no reino do Sul. Sobre cada um dos reis, exprime-se um juízo formulado exclusivamente em consideração ao seu comportamento no campo cultural. Segundo esse critério, somente alguns reis são julgados de modo positivo.

Discursos

Essa palavra deve ser tomada aqui em sentido amplo. Algumas vezes, são discursos ou comentários postos na boca de algum personagem - muitas vezes de um profeta -, ou, então, são reflexões feitas pelo próprio autor em momentos importantes. Trata-se de pausas narrativas para a contemplação do que passou ou do que está por vir. Esses discursos se distinguem por um estilo retórico inconfundível e por sua doutrina simplificada. São trechos em que o autor fala mais abertamente. Suas palavras querem instruir, exortar, convidar à meditação.

Anúncio profético

Outro ponto de união da obra é a palavra profética como anúncio: sucessivas predições vão traçando arcos e forçando a história a rumar para a sua meta. O arco pode inscrever-se na vida de um personagem, pode abarcar uma dinastia ou alagar-se até o fim da história narrada. Ao lado

dessas predições, há ainda outra série de palavras proféticas - originais ou ampliadas pelo autor - que se parecem muito com os discursos. Essas palavras podem funcionar como motor da história e como sua explicação antecipada ou retrospectiva.

Além dos três grandes ciclos de Elias (1Rs 17-2Rs 1), Eliseu (2Rs 2-8) e Ezequias (2Rs 18-20), encontramos outras seções menores dedicadas a Natã como mentor da escolha de Salomão por Davi (1Rs 1,11-17), Aías de Silo (1Rs 11,29), a dos profetas anônimos de Judá e Betel (1Rs 13) e Miqueias, filho de Jemla (1Rs 22). Os ciclos mais emblemáticos, sem dúvida, são os de Elias e Eliseu. São narrações de cunho popular, com traços lendários e finalidade edificante, que põem em relevo a força da palavra de Deus, sua ação criadora e a autoridade desses homens de Deus.

Princípio teológico

A história do povo e da monarquia se desenvolve sob o sinal da aliança. A aliança faz de Israel o povo de Deus, exige dele fidelidade total ao Senhor e que cumpra os seus preceitos. A fidelidade é paga com bênçãos, a rebeldia e a desobediência são pagas com maldições. É um princípio de retribuição não de acordo com um código objetivo, mas com base na relação do povo com o seu Deus. Por isso é tão importante a fidelidade exclusiva e incondicional ao Senhor. Ela se coloca por baixo e por cima dos mandamentos individuais. Essa fidelidade ao Senhor se pode chamar de “primeiro mandamento”, que inclui todos sob a forma de comportamento. De início, ela assume a forma de veneração e culto exclusivo a um só Deus, eliminando todo politeísmo, idolatria ou sincretismo. Esse culto se pode ou se deve celebrar em santuários locais, ou então num santuário central que reúna os confederados em ocasiões solenes. Estas ocasiões podem ser: a renovação da aliança, as

peregrinações anuais, as reuniões em momento de crise social ou política.

A centralização do culto

A fidelidade exclusiva ao Senhor está ameaçada por diversas formas de sincretismo em santuários locais: deuses e cultos de fertilidade, introdução de deuses estrangeiros, culto com imagens proibidas. Surge então a ideia de atacar o mal pela raiz, purificando constantemente esses cultos locais e até os extirpando com uma forte centralização do culto. Nesse momento, o culto exclusivo a um só Senhor toma a forma de culto em um só templo. Sem dúvida, as deformações dos cultos locais influíram na história dos dois reinos, com efeitos religiosos e também políticos. O autor toma o resultado final, a unificação do culto, e o assume como critério de interpretação e avaliação de toda a história precedente. Como se vê, é um procedimento que projeta para trás um ponto de vista, julgando o passado segundo uma lei não promulgada (nesse sentido é um juízo anacrônico), e, além disso, é um procedimento que simplifica os fatos (nesse sentido, um juízo simplista). Devemos, portanto, completá-lo com nossa reflexão pessoal e com a leitura de textos proféticos, como Amós, Oseias, Isaías, Miqueias, Jeremias e Ezequiel. Assim sendo, o grande princípio da fidelidade ao senhor se desdobra num sistema bipolar: um mandamento originário, equipado com bênçãos e maldições, rege a história sucessiva; uma aplicação posterior, a centralização do culto, explica e mede a história precedente.

A tensão na narrativa

Assim chegamos à característica principal desta obra, que é a tensão nela existente. O trabalho de unificação do autor não chega a configurar o material histórico e literário incorporado. Falta unidade de redação,

porque a obra não foi composta a partir de uma visão teológica prévia: os relatos tinham sido escritos e compostos antes, e, o autor teve o bom senso (histórico e artístico) de respeitá-los e incorporá-los em sua obra. É verdade que o princípio teológico levou o autor a eliminar muitos materiais, e que o esquema, às vezes, devora os fatos. Não poucas vezes, os fatos contrastam com o esquema e o transcendem. Por exemplo, o rei piedoso malogra, o rei ímpio tem um longo reinado; o rei justo fracassa, o rei malvado prospera. O autor não dissimula a contradição. Mais interessantes são os casos em que as narrativas simplesmente rompem com o esquema. Elas testemunham a força dos fatos e a vontade de recordação popular, o gênio ou o talento de narradores anônimos, a existência de tradições orais já fixadas ou de documentos que mereciam ser conservados. Exemplo típico é o ciclo de Elias.

O horizonte

O autor tem como horizonte de seu livro o povo de Israel, unido ou dividido. Se cruza a fronteira nacional é somente porque algum personagem estrangeiro se meteu no espaço ou no tempo dos israelitas. Falta-lhe, porém, a visão de conjunto, a capacidade de situar a história nacional no quadro da história universal. Talvez por falta de informação, ou por falta de interesse, ou por princípio. A um autor que escreve uma história de conjunto, dispondo de fontes oficiais e trabalhando com a perspectiva temporal, pediríamos uma consciência mais profunda da política internacional. Por exemplo, a Assíria determinou por muitos anos a história de todos os reinos do Oriente; contudo, o narrador nos apresenta esse novo personagem somente quando põe os pés no território de Israel. Os profetas escritores daquela época tiveram um horizonte mais amplo.

Conversão e esperança

No decorrer dessa história retorna com insistência o tema da conversão do povo e do perdão de Deus. Exigência de conversão e profissão de esperança. A fidelidade do povo não é o último aspecto: a fidelidade de Deus a inclui e a ultrapassa. A destruição não é o último ponto; a história continua. Não somente a história universal - que continua mesmo quando desaparece a Assíria -, mas também a história de Israel, como povo de Deus. O autor não quer contar a história de um povo desaparecido, mas fala aos filhos e aos netos, chamados a continuar a história dramática. Não por mérito do povo, mas pela fidelidade de Deus, faltam ainda mais capítulos para se viver e para serem escritos.

Estrutura da obra

Primeira parte: o reino de Salomão

1Rs 1-2,12	Como Salomão se tomou rei
1Rs 3-10	Salomão em sua glória

Segunda parte: os reinos divididos

1Rs 12,1-14,18	O Cisma
1Rs14,19-2Rs 17,41	A história sincrônica dos reinos de Israel e de Judá

Terceira parte: a história de Judá até sua queda: 2Rs 18-25.

MARCOS TEMPORAIS

O reino de Salomão

Davi foi um guerreiro (*sharru*), e mesmo sua velhice foi dominada por um guerreiro, Joab, filho de Sarvia, seu sobrinho. Salomão será mais um rei (*malku*), em hebraico “melek”, isto é, o homem que tem bom conselho e que sabe escutar os conselheiros. Mais do que pela força e pela guerra,

é pela arte sutil (*aruma*) que o rei tem o discernimento (*bina*) e a sabedoria (*hokma*), a qual fará com que tenha sucesso (*Kiskeil*), na acepção mais ampla do termo. Ele sabe agir e sabe falar. De fato, com Salomão deverá prevalecer a sabedoria diplomática e administrativa. É com conhecimento de causa que a tradição israelita faz dele o modelo dos sábios.

Salomão foi o décimo filho de Davi, o quarto nascido em Jerusalém. Filho de Betsabé, cujo adultério levantou certa celeuma, Salomão assistiu em segundo plano à competição de seus irmãos mais velhos, Amon e Absalão. Sabia muito bem o que significava os jogos da corte. Foi menos sua personalidade do que uma colisão de interesses entre os adversários de Adonias que o levou ao poder. Ali chegou em meio a divisões militares - Banaías contra Joab - e do clero - Sadoc contra Abiatar -, e com o apoio de um homem de caráter, Natã, e de duas mulheres, sua mãe e Abisag, a sunamita.

Salomão teve de agir com prudência para consolidar o seu poder, e o conseguiu. Soube aguardar sempre as circunstâncias favoráveis para eliminar os elementos do partido contrário: Joab, Abiatar e o benjaminita Semeí. Não temos notícias de nenhuma revolta interior durante o seu reinado, embora, no fim de sua vida, de novo se manifeste a oposição efraimita, com o profeta Aías, de Siló, e Jeroboão, de Sereda (1Rs 11,26). Salomão continuou a política de assimilação de seu pai Davi.

Os reinos divididos

Ao começar a terceira geração, a monarquia começa também sua decadência com uma ruptura irremediável. Como nos apresenta o autor, à primeira vista parecia que se tratava de um protesto nacional contra os impostos e taxas fiscais. Isso, porém, era apenas uma ocasião propícia para que causas mais profundas atuassem.

A política fiscal de Salomão tinha posto em movimento a riqueza e os bens importados. Isso tinha servido ao prestígio do monarca e ao orgulho do povo, que, por fim, sentia-se importante e bem representado. Os sacrifícios prolongados, porém, que tal política exigia despertaram velhas lembranças de uma liberdade perdida. É interessante observar que são os homens da velha geração que recomendam uma mudança na política, sobretudo a redução dos impostos. Em sua crítica, empregam uma linguagem que faz lembrar a escravidão egípcia. *A rude servidão* (1Rs 12,4) foi precisamente o que o faraó tinha imposto aos israelitas. Ora, o povo que conta e canta a épica de sua libertação terminará escravo de uma espécie de faraó interno? As ameaças de Samuel a respeito da monarquia começam a se cumprir e os representantes do povo voltam a sonhar com algo que perderam, embora não pensem em renunciar ao regime monárquico.

A assembleia em Siquém

Salomão foi escolhido e outorgado por Davi. Foi aclamado rei de Jerusalém. Não sabemos se Roboão era o primogênito ou se foi designado por Salomão (a Escritura não menciona outros irmãos rivais do rei). Por que Roboão deve ir até Siquém para ser aclamado rei? Talvez o povo busque uma “monarquia constitucional” que mude a direção despótica introduzida por Salomão.

O rei será aclamado, não em Jerusalém, a nova capital da dinastia, tão vinculada a Davi, mas em Siquém, a velha cidade cananea das grandes assembleias gerais de Israel, da renovação da Aliança (Js 24), a cidade central que identificava o primeiro estabelecimento pacífico na terra de Canaã. O rei, portanto, deve ir até Siquém para que a assembleia representativa do povo o *proclame rei*. Siquém, como Hebron, conserva reminiscências

patriarcais. A assembleia em Siquém significa uma primeira e importante concessão feita pelo rei. Logo vêm à tona o descontentamento, os rancores, as invejas profundas. No final, o grito de independência não invocará mais razões tributárias, mas denunciará o próprio fundamento da monarquia davídica, sentida como alheia, contrária à monarquia do benjaminita Saul. Essa divisão interna assume outras dimensões e manifestações; é o grupo do Israel autêntico contra Judá, o usurpador; é Siquém frente a Jerusalém; são os antigos santuários contra as pretensões ameaçadoras do Templo; é o povo frente ao exclusivismo clerical da tribo de Levi; é o profetismo fiel ao santuário de Siló.

Em todas essas forças, bem controladas, se apoiará Jeroboão: sinal evidente de que eram as forças motoras da revolta e da divisão. Poderia ter sido controlada a rebelião e evitada a divisão? Parece que sim, pois os representantes de Israel, apesar de tudo, queriam preservar a união do reino em condições mais justas. Roboão, porém, era criatura do luxo salomônico, crescido com novas ideias numa corte oriental. Faltou-lhe perspicácia e tato, por isso precipitou os acontecimentos. Além disso - nos conta o narrador - estava também Deus, que com sua palavra profética imprimia um novo curso à história (1Rs 12,22ss).

Reinos destruídos

Por caminhos diferentes, o autor deuteronomista narra como os dois reinos chegaram ao mesmo trágico fim: a deportação. O Reino do Norte é deportado no ano 722 a.C. pelos assírios, por obra definitiva de Sargom II. O Reino do Sul sofre a terceira definitiva deportação em 586 pelos babilônicos, pelas mãos de Nabucodonosor. Diferem as datas e os destinos dos exilados, mas não são diferentes os motivos que conduziram o povo à catástrofe. A desobediência ao Senhor foi e será sempre a causa

de todos os males advindos ao povo escolhido. Contudo, o pecado não tem a última palavra; um rei deportado (Jeconias - variante de Joaquim -, 2Reis,23,31-24, 16) vivo e que se senta à mesa dos grandes da Babilônia serve como um sinal de que nem tudo está perdido. O futuro de Israel é algo a ser reconstruído, e Deus o fará mediante um *resto*, de quem Jeconias é a prefiguração.

ESTUDO DO PRIMEIRO LIVRO DOS REIS

.....

Salomão sucede a Davi (1Rs 1,1-53). A sucessão de Davi é um momento delicado na história da monarquia. O Senhor prometera ao filho de Jessé que lhe construiria uma casa, isto é, uma dinastia estável; até então a sucessão fora uma experiência trágica: Amnon, o primogênito, assassinado por seu irmão Absalão; este, morto vítima de sua própria ambição. Que vai acontecer agora que o rei está velho e fraco?

É o rei quem realmente governa? Davi será capaz de assegurar um herdeiro que continue sua grande criação? Como o Senhor cumprirá sua promessa?

Por ordem de idade corresponderia a sucessão a Adonias (v.5), o quarto dos filhos nascidos em Hebron (cf. 2Sm 3,4), se bem que idade não fosse motivação decisiva naquela monarquia. Davi faz tempo que escolhera Salomão, o filho de Betsabé, e até o prometera com juramento à mãe. Provavelmente descobrira no jovem uma prudência e habilidade pelas quais se destacava entre os outros príncipes reais.

O juramento deve ter sido privado, secreto, conhecido apenas por Betsabé e Natã. Adonias, que sente ameaçado seu suposto direito de sucessão, decide precipitar os acontecimentos e se aproveita da senilidade de seu pai para chegar ao trono antes que seja tarde. Repete-se com algumas variações a história de Absalão.

O banquete que Adonias organiza (vv.9s) pode ser chamado de uma

proclamação solene de sua candidatura, mais que um começo formal de seu reinado. É lógico que não convida Salomão, pois não lhe eram ocultas as preferências do velho rei. Salomão é o verdadeiro rival, ao passo que os outros filhos do rei parecem reconhecer os direitos do mais velho.

Natã intervém para esclarecer a situação. Dessa vez não age obedecendo a um oráculo de Deus, mas sim em função do juramento de Davi. Natã estimula o ciúme materno de Betsabé e a rivalidade com Hagit, e a assusta com o perigo de morte para ela e seu filho (v.12). O profeta está exagerando outra vez? Natã precisa insistir com Betsabé para fazê-la entrar no jogo; é suficiente que os argumentos impressionem a mulher, não que sejam rigorosamente exatos.

O que Betsabé vê ao entrar é um ancião atendido por uma enfermeira (v.15): o narrador adota o ponto de vista da personagem. Betsabé coloca diante dos olhos de Davi a expectativa do povo (v.20) e quer forçá-lo a desempenhar seu papel na história. A ambiguidade tem de desaparecer; o segredo tem de se tornar público.

Betsabé apela ao juramento (v.21): por ele o rei se ligara ao Senhor, e cometeria perjúrio se não cumprisse seu voto; além disso, deve agir por respeito ao povo, que quer ver assegurada a sucessão com a autoridade e o prestígio do rei, para que não aconteça que, ao morrer sem haver nomeado o herdeiro, estoure a guerra civil.

Davi nesse instante recupera sua lucidez e sua energia (vv.28-30). Com um novo juramento, que assinala o prazo imediato da execução, referenda o juramento precedente. Parece que o narrador joga com o nome Betsabé, que significa “filha do juramento”.

2,1-46 Testamento de Davi - Salomão e seus inimigos. Os grandes chefes de Israel costumavam reunir seus filhos, antes de morrer, para

lhes declarar sua última vontade e pronunciar sobre eles a bênção final. Recorde-se as bênçãos de Jacó (Gn 49) e de Moisés (Dt 33), os testamentos de Josué (Js 23-24) e de Samuel (1Sm 12).

A escola deuteronomista (D) não só deu forma literária ao testamento de Davi, como deixou impressa a marca de sua teologia. Condiciona a permanência de seu sucessor no trono de Israel ao cumprimento dos mandamentos e preceitos da Lei de Moisés, enquanto que a formulação na profecia de Natã era expressamente incondicional (cf. 2Sm 7,14-16).

O corpo do testamento ocupa-se de três casos pessoais pendentes de solução: Joab, Semei, Berzelai (vv.5-9). A leitura dessas linhas produz uma impressão penosa; mas, antes de julgá-las, precisamos tentar compreender as razões de Davi segundo a mentalidade daquela época.

O sangue pede vingança (justiça vindicativa) e se aplaca com o sangue do assassino; do contrário, contamina a terra e recai sobre o encarregado de vingá-la. Se Davi, ao morrer, não reparar esse estado de injustiça, entregará para seu filho uma carga amaldiçoada. Isso é o que diz o v.5, que tem sido mal-interpretado desde os tempos mais antigos.

Para resolver ambos os casos, Davi apela à sabedoria de Salomão. Um rei sábio não pode deixar impunes a injustiça e o crime. Opõem-se “partir em paz para o outro mundo” e “partir manchado de sangue”.

Para consolidar sua posição, Salomão se adianta para eliminar inimigos presentes e potenciais, em parte cumprindo o testamento de seu pai, em parte vigiando seu rival. Essa primeira etapa sangrenta de consolidação é o tema do presente capítulo. Que a continuidade dinástica e o reino do rei prudente devam ser assegurados por um banho de sangue é algo que o narrador não dissimula nem acha escandaloso.

Trata-se de quatro figuras insígnies e representativas: Adonias pela casa real, Joab pelo exército, Abiatar pelo sacerdócio, Semei pela tribo

de Saul. Cada um deles é poderoso a sua maneira; unidos, serão capazes de derrubar a casa do rei.

Depois tem início a grande tarefa da consolidação da obra de Davi quanto aos aspectos fundamentais da vida cidadã. Ao reinado de cunho militar de Davi segue-se o reinado pacífico de Salomão, no qual progride a vida da sociedade: administração política, diplomacia e comércio exterior, arte e literatura, religião. Eis a grande contribuição do novo rei. Seu nome o predestinou para a tarefa; sua sabedoria o ajudará a realizá-la.

A conclusão é que esse texto foi redigido durante o Exílio e contém um chamado implícito à conversão. Quer fazer com que a geração do Exílio entenda que a continuidade dinástica estava subordinada ao cumprimento das cláusulas da Aliança. Ou seja, o único caminho para a restauração da monarquia passa pela conversão e pela fidelidade à Lei de Moisés.

Visão de Salomão (1Rs 3,1-15). O biógrafo destaca em Salomão três facetas: é sábio (cap. 3-5), é construtor (cap. 6-9), é rico (cap. 10). Das três, a que mais realça é a sabedoria: “Deus deu a Salomão a sabedoria, uma inteligência penetrante e um espírito de uma visão tão vasta como as areias que estão à beira do mar. Sua sabedoria excedia a de todos os orientais e a de todo o Egito” (1Rs 4,29s).

A sabedoria de Salomão abrange todos os campos. Esse texto salienta sua sabedoria como governante; como prova, apresenta o que veio a se chamar “julgamento de Salomão” (1Rs 3,16-28). A sabedoria de Salomão como governante manifesta-se também na reorganização administrativa do reino e no planejamento da política exterior. A sabedoria de Salomão estende-se igualmente às letras e às artes.

O que o presente texto acentua com mais veemência é que toda essa sabedoria é dom de Deus. Foi-lhe outorgada no marco do santuário de

Gabaon, como fruto da oração, acompanhada de sacrifícios.

A melhor prova da sabedoria do rei de Jerusalém é sua oração. É uma oração sábia e inteligente, por isso agrada ao Senhor. Salomão, em sua oração, não se deixa arrastar pelo egoísmo, antes pede a Deus bom critério para julgar, para saber discernir entre o bem e o mal: em uma palavra, pede prudência na arte de governar.

A resposta de Deus fala da magnanimidade com que o Senhor outorga seus bens. Poderíamos evocar a esse respeito a “medida boa, cheia, recalcada e transbordante” de que fala o Evangelho (Lc 6,38). Juntamente com a sabedoria Deus outorga a Salomão imensas riquezas: “O rei Salomão sobrepujou todos os reis da terra em riquezas e opulência” (cf. 1Rs 10,14-29).

O julgamento de Salomão (1Rs 3,16-28). A arte de governar realizava-se em grande parte na arte de julgar (vv.16-28). Um exemplo disso é a presente narração, contada com certo gosto popular, com vivacidade de detalhes, sem medo de se mostrar repetitiva. Supõe-se que as duas prostitutas não vão se aprimorar na exposição da verdade, e a sagacidade do juiz se revelará ao descobrir qual das duas diz a verdade. O juiz autêntico conhece o coração, que se encobre com falsas palavras e se descobre e atraiçoa diante dos fatos (cf. Pr 25,2).

Administração do reino (1Rs 4,1-20). À medida que se centraliza o governo, aumenta o aparato administrativo. Saul fora um chefe carismático. Davi começou a divisão de funções e de cargos estáveis. Salomão completa a tarefa, instruído provavelmente pela prática do Egito.

Nem todos os cargos podem ser descritos com suficiente exatidão; além disso, o texto hebraico apresenta algumas incoerências que têm de ser corrigidas com ajuda da versão grega ou da lista correspondente nas Crônicas. Ainda que os cargos, a rigor, não sejam hereditários, o rei

parece preferir certa continuidade das famílias.

Em outros tempos Israel fora uma confederação um tanto folgada de doze tribos, com distinção étnica e, mais tarde, também territorial; Salomão recolhe o esquema antigo respeitando em parte o caráter das tribos e estabelecendo novas fronteiras.

Na divisão territorial, uma série de cidades cananeias aparece plenamente incorporada a Israel. Os governantes têm de prover meios não só para os gastos administrativos, mas também para todas as construções da capital e para a vida opulenta do soberano: muito cedo serão agentes do descontentamento geral.

Construção do templo (1Rs 6,1-38). Este capítulo começa solenemente, assinalando com toda precisão a data. Para o redator destas linhas, a construção do templo abre uma nova etapa na história de Israel, ao mesmo tempo que encerra a grande etapa da peregrinação, desde o Egito até o repouso na terra prometida. O Deus peregrino, que acompanhou seu povo peregrino, torna-se agora Deus urbano estabelecendo sua morada entre seu povo.

Quanto a nós, se considerarmos que aquele habitar do Senhor no templo entre os seus era o prelúdio de sua habitação em Cristo entre os homens, saberemos ler estas páginas ao mesmo tempo com respeito e liberdade.

Como o noivo do Cântico dos Cânticos descreve o corpo amado e seus adornos, assim este narrador se compraz em descrever a forma, as proporções e a ornamentação do templo amado.

O oráculo (vv.11-13) anuncia que o Senhor aceita o templo e explica seu sentido. Mas, à luz dos acontecimentos do ano 586 (destruição do templo e exílio do povo), a promessa torna-se condicional.

Construção do palácio (1Rs 7,1-12). A descrição do palácio é menos

precisa, só se detém nos edifícios acessíveis ao público, nos quais o rei julgava os pleitos e distribuía justiça. É preciso recordar que o rei era a suprema instância, e que julgar era uma de suas principais atividades (v.7).

Trabalhos para o templo (1Rs 7,13-51). São mencionadas duas colunas livres, erigidas diante do santuário (vv.15-22). Sua função é simbólica, mas não sabemos exatamente o que significam, se as colunas de fogo e nuvem do deserto, ou a presença de Deus e do rei, ou então as colunas cósmicas do céu e da terra. Nem mesmo conhecemos o significado de seus nomes, o que deu origem a múltiplas interpretações. A tradução oferecida diz respeito às raízes dos dois nomes, sem mais pretensões.

Este depósito a que se faz alusão (vv.23-26) chama-se em hebraico “o mar”, o que poderia indicar um significado cósmico, o oceano rebelde e domesticado. A descrição dos lavatórios (vv.27-39) é técnica e complicada, e contém muitos detalhes que não entendemos. Suas proporções são enormes e, mesmo sobre rodas, seriam movidas com dificuldade.

Dedicação do templo (1Rs 8,1-66). O nome de Salomão está associado à construção e à inauguração do templo de Jerusalém, que assinala uma data-chave na história bíblica (cf. 1Rs 6,1).

A Arca da Aliança encontra no templo morada e repouso definitivo. Peregrina com o povo durante os anos no deserto, ao entrar na terra prometida a Arca fora instalada sucessivamente em Gálgala, Siquém e Silo. Daí fora levada para a frente de batalha, onde se tornara presa dos filisteus; eles a mantiveram sob seu controle até os dias de Davi, que a transferiu para Jerusalém. Aí foi instalada primeiramente na casa de Obbedon, depois na tenda e hoje, finalmente vemos que ela toma posse definitivamente do templo.

Se forem excetuadas as saídas que aconteciam por motivo das procissões

litúrgicas (cf. Sl 131), a Arca, melhor dizendo, a glória de Deus, já não abandonará o santuário até o ano 587 a.C., quando, destruída a cidade e o templo, o Senhor vai para o exílio com os exilados a caminho da Babilônia (cf. Ez 11,22-24). Ezequiel (cf. Ez 43,1-12) descreve o retorno da glória ou presença divina a sua morada de Jerusalém.

A nuvem como representação da presença do Senhor no meio de seu povo é um tema clássico (cf. Ex 40,34s). Nesse contexto ajusta-se a expressão de Lc 1,35: “O Espírito Santo descera sobre ti, e a força do Altíssimo te envolverá com sua sombra”, que parece inspirar-se na teologia da nuvem como símbolo da presença de Deus e de seu poder fecundante. É também Lucas que fala da nuvem que ocultou Jesus em sua ascensão ao céu, para nos indicar não sua ausência, mas a mudança de sua presença entre nós (cf. At 1,9).

De fato, a imagem da nuvem, que pode ter origem na cortina de incenso que enchia o santuário durante as celebrações litúrgicas, é bem adequada para indicar a presença divina ao mesmo tempo transcendente e imanente.

Na oração, de gosto deuteronomista, destacam-se os temas a seguir. Em primeiro lugar, a fidelidade. A história bíblica está construída, em grande parte, sobre o esquema “promessa-cumprimento”. Desde o início a História Sagrada se apoia em uma cadeia sucessiva de promessas que vão se cumprindo em prazos mais ou menos longos. Esse esquema evidencia duas ideias teológicas: de um lado, a fidelidade de Deus no cumprimento de sua Palavra; de outro, a eficácia das palavras ou promessas divinas, que são uma espécie de princípio dinâmico desencadeador da História da Salvação.

Segue o tema da transcendência divina: “Mas será verdade que Deus habite sobre a terra? Se o céu e os céus dos céus não vos podem conter,

quanto menos esta casa que vos edifiquei!” (v.27). É a eterna tensão entre transcendência e imanência. Possivelmente essas palavras de Salomão, de origem deuteronomista, inspiram-se numa polêmica contra tradições e autores que salientavam excessivamente a imanência de Deus e circunscreviam sua presença aos recintos sagrados. Os deuteronomistas querem deixar bem claro que Deus é inabrangível, e que não somente os santuários como nem mesmo os céus podem contê-lo.

Finalmente, a oração apela de maneira geral à condescendência e misericórdia de Deus: “Ouvi a súplica de vosso servo e de vosso povo de Israel, quando orarem neste lugar. Ouvi-os do alto de vossa morada no céu, ouvi-os e perdoai” (v.30).

A abertura universalista (vv.41-43) é própria do tempo do Exílio (Dêutero- Isaías) e do período pós-exílico. O Trito-Isaías (cf. Is 56-66) oferece-nos um bom contexto para enquadrar estes versículos da oração de Salomão.

O tema de Jerusalém e do templo como centro gravitacional de todos os povos da terra dá oportunidade a múltiplos poemas e composições (cf. Zc 8,20-22).

Contudo, convém notar que ainda não é o universalismo do NT. No AT, Jerusalém continua tendo uma preeminência que coloca os outros povos em situação de inferioridade. No NT, a adoração é em espírito e em verdade (cf. Jo 4,21-24). No NT o universalismo adquire, além do mais, um caráter mais pessoal e profundo: “Todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. Já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus” (cf. Gl 3,27s). No NT já não existe um povo escolhido (Israel) nem uma Cidade Santa (Jerusalém), à qual todos os outros povos tenham de ir para render homenagem e preito; todos, sem distinção alguma, são

filhos de Deus e irmãos de Cristo, com os mesmos títulos e privilégios.

Nova aparição e oráculo (1Rs 9.1-9). Como resposta a uma súplica aparece o oráculo divino anunciando a concessão. Como Salomão é o protagonista de toda a cerimônia, parece que a ele cabe receber o oráculo sem intermediários.

Terra de Cabul (1Rs 9.10-14). Com as vinte cidades da Galileia Salomão paga o ouro que recebeu de Hirão: pela Galileia passa uma das mais importantes rotas comerciais, de grande importância para um povo comerciante como os fenícios; as cidades podem servir para proteção e abastecimento das caravanas. Mas, pelo que se vê, Hirão espera receber terras férteis de cultivo com as quais compensar a escassez da Fenícia; talvez a Salomão interesse continuar exportando grãos para seu vizinho. (Para outra versão a respeito, ler 2Cr 8,2).

Recrutamento de trabalhadores (1Rs 9.15-28). A antiga muralha da “cidade de Davi” expande-se para abranger as novas dimensões da capital; assim Jerusalém conserva seu antigo caráter de praça forte e sua capacidade de resistir. Salomão moderniza seu exército incorporando a ele uma frota de carros, ao estilo de outras nações.

Os fenícios eram os grandes marinheiros da antiguidade, senhores durante muito tempo do Mediterrâneo. Salomão abre um caminho marítimo pelo sul (vv.26-28), no extremo do golfo de Áqaba; isso exige ter submisso e em paz o vizinho Edom.

Ofir é, no AT, o país do melhor ouro; é quase que um nome lendário.

Visita da rainha de Sabá - comércio exterior e riquezas (1Rs 10,1-29). A visita da rainha de Sabá é um episódio que ilustra as afirmações genéricas do cap. 5 exaltando a sabedoria e as riquezas de Salomão. Com traços provavelmente lendários, permite-nos apreciar a atividade comercial do rei.

Não eram os fenícios os únicos comerciantes da época: pelo sul da

península da Arábia zarpavam navas mercantes para a Índia e a África; ao norte, a Fenícia concentrava o comércio marítimo. Por terra as caravanas, frotas do deserto, eram o grande meio de comunicação mercantil: ao norte, Damasco era um elo importante entre a Mesopotâmia e o Egito, ou a Arábia, ao sul; ao sul, vários reinos árabes repartiam entre si essa tarefa, e a um deles pertencia a rainha desta história. Israel situa-se em uma posição de passagem obrigatória para boa parte do comércio, e a expansão territorial de Davi estabelecera as bases para uma expansão comercial. Ao se apresentar no golfo de Áqaba, Salomão mantém relações obrigatórias e pacíficas com os mercadores do sul; graças a seu tratado com Tiro e a suas relações com Damasco, Israel chega a ser uma autêntica potência de intercâmbios comerciais.

Com as palavras da rainha (vv.7-9) o autor realiza uma grande valorização do governo de Salomão: primeiro, atribui-lhe uma magnífica sabedoria que surpreende o visitante; segundo, sua sabedoria ensina e instrui cotidianamente seus súditos; terceiro, seu governo justo é o dom que Deus outorga por amor ao povo. Colocando essas palavras na boca de uma rainha, o autor realça o valor do testemunho: o rei está a serviço do povo para a justiça.

Idolatria de Salomão (1Rs 11,1-13). As sombras do reino de Salomão resumem-se numa só palavra: idolatria.

No aspecto religioso, o estabelecimento das tribos israelitas na terra de Canaã sofreu uma grave deterioração. O contato com os cananeus, com seus santuários, seus deuses e seus cultos, acarretou para o javismo fatais consequências. A deterioração religiosa agravou-se mais com o estabelecimento da monarquia. Um dos perigos da monarquia, bem salientado pela corrente antimonárquica, era o da secularização da teocracia. Em vez de viverem pendentes da fé no Senhor, os reis procuravam apoio

em um exército forte e na política de alianças.

No caso concreto de Salomão, a política de alianças realizou-se, em boa parte, com base em combinações matrimoniais. Esse fato e o amplo harém do suntuoso rei trouxeram para Jerusalém bom número de mulheres estrangeiras, que exigiam templos pagãos para continuar cultuando seus respectivos deuses. Esses santuários eram frequentados pelas esposas do rei e suas correspondentes cortes, e também pelas colônias permanentes ou de passagem que esses países estrangeiros mantinham na Cidade Santa. O próprio Salomão, para satisfazer suas mulheres, devia frequentar, às vezes, os lugares idólatras, e possivelmente com ele outros dignitários da corte e gente do povo. Em uma palavra, a idolatria via-se fomentada a partir do poder.

Da gravidade dos fatos falam bastante claro os textos do Deuteronômio, que, embora escritos posteriormente, nem por isso são menos significativos (cf. Dt 7,1-6).

Rebeliões contra Salomão (1Rs 11,14-43). As diferenças culturais e tensões políticas entre norte e sul eram e continuam sendo frequentes no mundo em nível nacional e internacional. Apesar de sua pequenez, na Palestina sempre existiu o mesmo problema. Ao lado de outros muitos dados e manifestações, o fato talvez mais significativo nesse sentido seja a diferença que os textos sempre estabelecem entre os reinos de Judá e de Israel, ou seja, entre o Reino do Sul e o Reino do Norte, inclusive quando estiveram unidos nas pessoas de Davi e de Salomão.

O autor sagrado faz valer, sobretudo, motivos de ordem religiosa e apresenta a divisão como um castigo pela apostasia idólatra de Salomão.

A restauração da unidade será uma aspiração que se fará sentir, sobretudo, no tempo do Exílio; ler, por exemplo, Ez 37,15-28. É um texto cheio de nostalgia ecumênica e, portanto, de plena atualidade para

nossos dias. A divisão do reino daqueles tempos tem certo paralelismo com a divisão interna da Igreja cristã de hoje.

O cisma (1Rs 12,1-24). Depois do cisma político vem o cisma religioso. Mais ainda, o segundo vem reforçar o primeiro. O fator religioso sempre desempenhou um papel importante na vida dos povos, especialmente dos antigos, e de uma maneira muito especial em Israel, organizado em forma de teocracia.

Com a finalidade de consolidar o novo reino, Jeroboão decide reorganizar e reforçar os santuários do Norte para evitar que os israelitas continuem fazendo suas visitas e peregrinações ao templo de Jerusalém. Além de continuar alimentando o apego ao santuário da Arca, essas visitas a Jerusalém contribuíam para fortalecer o Reino do Sul de todos os pontos de vista, inclusive o econômico, mesmo que não fosse senão em razão das vítimas e oferendas que os peregrinos levavam consigo.

Jeroboão não somente reorganiza os santuários do Norte, mas além disso propõe a reorganização com a maior habilidade política, orientada para se opor à forte atração que sobre os israelitas exercia a cidade de Davi e o luxuoso santuário de Salomão. A primeira medida política é revitalizar santuários venerados por sua antiguidade e importância na história do povo. Daí a escolha de Betel, consagrado pela presença de Abraão e centro da vida de Jacó-Israel. Igualmente Dã remonta ao tempo dos Juízes. É bem possível que fossem restaurados outros santuários. O texto nomeia somente Dã e Betel porque assinalam os limites norte e sul do reino. A habilidade política de Jeroboão é demonstrada também na forma de representar a divindade: adota o símbolo do touro, que era o costume cananeu e podia ser mais expressivo para o povo. O povo devia se sentir abençoado por ver sair do meio de sua gente os sacerdotes que iam servir nos santuários. Finalmente, Jeroboão instituiu uma grande

festa no outono, para que os habitantes do norte não sentissem saudade da festa das Tendias em Jerusalém.

Segundo os autores deuteronomistas, o cisma de Jeroboão, sobretudo o religioso, é uma espécie de pecado original, que vicia desde a raiz o Reino do Norte e o condena à ruína desde o dia de seu nascimento.

O culto cismático (1Rs 12,25-33). Jeroboão não esquece o peso decisivo do fator religioso na política: a lição quem a ensinou foi Davi. Quem poderá competir com a magnificência do templo de Salomão? O rei procura opor-se a essa força de atração apelando a outros valores.

Um deles é a antiguidade e tradição: Betel está ligada a Abraão. Dá remonta ao tempo dos Juizes, e é um centro de atração para as tribos do Norte. Segundo, o culto com imagens, à maneira cananea, atrai o povo com mais força do que o culto sem imagens de Jerusalém. Terceiro, escolhe entre o povo os sacerdotes, sem privilégios da corte: as relações familiares criadas dessa maneira ligarão o povo ao novo culto. Quarto, institui uma grande festa de peregrinação popular no outono.

Para o autor, que escreve no tempo da reforma de Josias, esse é o pecado original do Reino do Norte: Jeroboão dá-lhe início, outros reis o repetem e dão-lhe continuidade e a destruição do reino colocará nisso um termo (v.30). Junto desse pecado, a ereção de santuários nas colinas é um simples agravante.

O profeta de Judá (1Rs 13,1-34). Este capítulo está dominado pela Palavra de Deus: o Senhor a envia desde Judá por meio de um profeta anônimo, e é mais forte que o altar de pedra, mais forte que o braço do rei. É anúncio e mandamento: o anúncio se cumprirá, o mandamento não cumprido vinga-se em um novo oráculo. A profecia traça um arco daqui para seu cumprimento em 2Rs 23,15-19; é uma das técnicas de composição deste livro.

Até aqui se cumpriu a ordem do Senhor em todos os seus detalhes. O episódio poderia terminar aqui. O narrador continua com outro episódio, intimamente ligado ao anterior e um tanto enigmático (10).

Por que tanto interesse em extraviar seu colega? Queria tentar sua fidelidade? Queria pervertê-lo por ciúmes? Queria comprovar a validade do oráculo? A última interrogação parece ser a mais provável, à luz do desfecho da história. Se o profeta seguisse seu caminho, a obediência a Deus autenticava sua missão; se o profeta desobedecesse e ficasse impune, sua missão era duvidosa; se desobedecesse e fosse castigado, sua missão era autêntica. Essa explicação certifica que ao profeta não bastavam os sinais narrados por seus filhos, o do altar e o da mão real.

De novo temos de comentar: procurar razões e explicações é o melhor modo de compreender e explicar o estranho episódio? Não deveríamos preferivelmente contemplar o dinamismo dialético da Palavra de Deus acima da lógica humana?

O autor que preservou aqui o relato parece querer salientar esse aspecto. As narrações proféticas são uma das características deste livro. Além disso, o relato explica a razão de um sepulcro de dois profetas anônimos em Betel (cf. 2Rs 23).

Essa guarda fúnebre dos dois animais reconciliados (v.24) tem sabor de lenda hagiográfica. Como a pedra do altar obedeceu à Palavra do Senhor, assim agem os animais até onde Deus lhes permite - o leão é o animal emblemático de Judá, mas o autor não parece perceber essa coincidência.

Sentença contra Jeroboão (1Rs 14,1-20). O episódio recorda por seu início a visita de Saul à bruxa de Endor. Aías termina seus dias na cidade do velho santuário, cheia de recordações de Samuel, e é como outro Samuel condenando o rei de Israel. Aías está quase cego, mas

escuta agudamente e distingue os ruídos, escuta a voz interior do oráculo e vê o final trágico e próximo da dinastia que ele mesmo instaurou. A consulta do rei é ao mesmo tempo familiar e dinástica.

A morte da criança (v.12) é castigo para o pai (recorde-se o primeiro filho de Davi e Betsabê), não para o filho. O autor não estranha que um inocente morra. Mas trata-se realmente de um favor: Deus o preserva da catástrofe geral e lhe concede a honra póstuma do sepulcro.

Roboão de Judá (1Rs 14,21-31). De Roboão, o autor narra só a campanha do faraó Sesac. O faraó se vangloria em uma inscrição do templo de Karnak por ter conquistado muitas localidades de Judá e Israel (sem fazer tal distinção).

O narrador quer que nos fixemos nos contrastes: Salomão casa-se com uma filha do faraó; Roboão tem de se submeter. Símbolo da decadência são esses escudos de ouro: se o ouro era abundante até ser suplantado pela prata, agora o bronze é o que de melhor preço sobra a Roboão, e mesmo este tem de ser guardado com cautela.

A lista de pecados (vv.22-24) é bastante convencional, salvo o detalhe da prostituição sagrada (recorde-se Beelfegor, Nm 25). Da decadência religiosa provém a decadência política.

Apesar de tudo, algo continua: Jerusalém continua sendo a cidade escolhida, o rei é enterrado com os antepassados, sucede-lhe seu próprio filho. Embora humilhada, a dinastia de Davi vive da promessa do Senhor (v.31).

Reis de Judá e Israel (1Rs 15). A seguir o Senhor tem de dirigir alternativamente o olhar para o Reino do Norte e para o Reino do Sul: para ele, ambos são partes do povo de Deus. Durante os próximos quarenta anos passam dois reis pelo trono de Judá e cinco pelo trono de Israel em duas mudanças de dinastia. Toda essa época agitada se reduz no

livro a umas poucas avaliações religiosas. Às vezes só resta o esquema, sem os atos; de maneira ordinária, a explicação do autor acaba sendo simplista. O leitor não encontra satisfeitas suas curiosidades históricas, nem resolvidas suas dúvidas: num momento se aborrece, noutro se irrita.

Caso refletindo ele vença a inatividade, poderá abrir-se à surpresa: este autor, que tem a sua disposição os arquivos ou anais, consulta-os para ir citando os reis diante do tribunal da história e, depois de um julgamento sumário, até sumarássimo, dá a sentença com gesto soberano. Sentença não segundo leis humanas, não segundo avaliações comuns, mas segundo a aprovação ou desaprovação de Deus. E isso o faz o autor com alguns monarcas “pela graça de Deus”. Se lermos estas páginas e paralelamente lermos alguns salmos régios (por exemplo, Sl 2; 19; 20; 44; 71; 109), apreciaremos a enorme tensão a que está submetida a teologia da realeza. A polaridade, a tensão entre forças opostas é o que define essa teologia, e não um par de princípios claros e facilmente harmonizáveis. Forças do idealismo e do realismo, da esperança e da desilusão, da escolha e da revolta. A história sagrada da monarquia não é uma história edificante. Aquele que a contou pertence, segundo a tradição judaica, aos “profetas anteriores”.

Ciclo de Elias

Elias exilado. Primeiros milagres. Aqui começa o ciclo dos profetas. Mesmo se os reis e seu reinado dão o quadro dos acontecimentos, as figuras dos profetas como que orientam a eleição do material narrativo. E é como se a presença dos profetas tivesse a virtude de engrandecer a personalidade dos monarcas.

Depois da introdução sobre o reinado de Acab cabe a Elias assumir o papel de protagonista nos três capítulos seguintes (17-19). Deixa o cenário a outros profetas no cap. 20 e reaparece para enfrentar-se com Acab; cede

o posto ao profeta Miqueias e volta a aparecer para enfrentar-se com o novo rei; desaparece definitivamente depois de nomear seu sucessor. Este aparecer e desaparecer súbito é dado constitutivo de sua figura.

A primeira aparição (cap. 17-19) forma uma unidade coerente, construída com habilidade e movida logicamente: aparece primeiro como portador da seca, depois como portador da chuva; perseguido, foge ao monte Horeb. Cada capítulo tem sua construção própria.

Em sua segunda aparição, Elias denuncia o crime de Acab; na terceira, denuncia a infidelidade de Ocozias.

Nestes capítulos revive o estilo narrativo dos grandes relatos do livro de Samuel, como se a figura do profeta houvesse inspirado os narradores. Grande parte do material aqui recolhido remonta, sem dúvida, ao tempo do profeta ou de seus discípulos; a redação parece ser antiga, salvo retoques do comentário deuteronomista.

Elias: a seca (1Rs 17,1-24). O nome de Elias, que significa “Javé é meu Deus”, é o melhor resumo de sua vida e de seu mistério; porque Elias é, antes de tudo, o campeão do javismo. A crise do javismo havia chegado a um limite de vida ou morte. As causas remotas da crise remontam aos dias do estabelecimento do povo na terra de Canaã. O contato com a religião cananeia, seus deuses e seus cultos, teve consequências muito negativas para a fé javista. A chegada da monarquia piorou a situação.

No Reino do Norte a crise alcança seu momento máximo durante o reinado de Acab-Jezabel. O matrimônio do rei de Israel com essa princesa fenícia fora fatal para a causa javista. Não somente ele fez construir um santuário a Baal na própria capital do reino, a Samaria, mas levou à realização uma política abertamente favorável ao baalismo, ao mesmo tempo em que se embarcou em uma ofensiva contra o javismo levando à morte seus profetas.

Nesse contexto dramático enquadra-se a missão de Elias. Samuel protagonizara a transição do regime tribal para a monarquia. Natã fora o encarregado de canonizar a dinastia davídica. Aías de Silo anunciara a divisão do reino. Todos eles marcaram momentos-chave da história e, como profetas, viram-se obrigados a assumir a responsabilidade. Mas a nenhum correspondeu um momento e um ministério tão difíceis como os de Elias. Talvez por essa razão Elias tenha sido a figura escolhida para representar o profetismo, ao lado de Moisés, como representante da Lei.

A seca, por seu lado, é um fato bastante banal e corriqueiro na climatologia palestinese. Em si mesma não desperta grande interesse, nem mesmo o têm os detalhes cronológicos e folclóricos que a acompanham. O valor da seca está em ser ela sinal do desprazer de Deus diante da ofensiva antijavista que se desencadeou no Reino do Norte, proposta e estimulada a partir do próprio poder central.

Julgamento de Deus no Carmelo (1Rs 18,1-46). Baal era considerado o deus da chuva e, conseqüentemente, o advogado da fertilidade e das boas colheitas. Na realidade, na Palestina chuva e boas colheitas estão em proporção direta (cf. Dt 11,10-16). Daí que a multiplicação milagrosa da farinha e do azeite realizada por Elias em nome do Senhor insira-se em um contexto polêmico contra Baal e seus patrocinadores, os reis de Samaria.

Elias luta contra o baalismo em seu próprio terreno. Isto é, atribui ao Senhor os mesmos títulos e atividades que o povo idólatra aplica a Baal. Toda essa pedagogia se situa num esforço titânico para salvar do naufrágio a fé javista.

No milagre de Sarepta entra outra série de motivos secundários, entre os quais se destaca o tema universalista, recolhido logo pelo NT (cf. Lc 4,26). A viúva de Sarepta simboliza e personifica o gentio chamado à fé. O milagre coloca em realce a confiança de Elias e da viúva. Apesar

de todas as aparências em sentido contrário, Elias confia na Palavra de Deus e mantém sua fé até o fim. Igualmente a viúva, apoiada na palavra de Elias, obedece. Tal qual aconteceu à viúva do Evangelho (cf. Mc 12,38-44), a mulher de Sarepta dá provas de grande generosidade. A generosidade perfeita não consiste em dar muito ou pouco, mas em dar tudo. O milagre de Sarepta, o mesmo que o da torrente de Carit (cf. 1Rs 17,1-6), coloca em evidência a solicitude e providência de Deus em favor de seus profetas.

A ressurreição do filho da viúva (provavelmente a mulher de Sarepta de 1Rs 17,7-16), tais como os outros milagres atribuídos a Elias, enquadra-se em uma perspectiva de polêmica contra a religião cananeia do deus Baal.

A mulher, provavelmente a viúva de Sarepta, isto é, uma estrangeira, pronuncia uma confissão de fé em Elias como homem de Deus e portavoz do Senhor: “Agora vejo que és um homem de Deus, e que a palavra de Deus está verdadeiramente em teus lábios” (v.24). Ao se ver curado da lepra, depois de se lavar no Jordão por indicação de Eliseu, Naamã, o sírio, pronuncia uma confissão de fé muito semelhante (2Rs 5,15). O discurso programático que Lucas coloca nos lábios de Jesus no começo de seu ministério na Galileia faz menção da viúva de Sarepta e de Naamã, o sírio, como representantes dos pagãos que recebem o evangelho e entram na Igreja (cf. Lc 4,25-27).

O desafio que Elias havia lançado ao baalismo alcança seu momento culminante, cheio de dramaticidade, no cimo do monte Carmelo. Na realidade trata-se de um cenário adaptado e adequado. Parece que o Carmelo sempre fora um lugar santo, dedicado sucessivamente a distintas divindades. Quando a montanha foi conquistada por Davi, o rei instalou nela um altar ao Senhor. Nosso relato se refere a que esse altar foi destruído, e que o culto de Baal foi restaurado sobre o monte.

Esse é o marco em que se situa o desafio dramático de Elias, o campeão do javismo: “Até quando vão continuar jogando com dois baralhos?”, diríamos em uma tradução popular. “Se o Senhor é Deus, segui-o; mas se é Baal, segui a Baal” (v.21). Elias encara o povo de frente, em uma disjuntiva que recorda outra cena muito semelhante da Bíblia, o grande encontro de Siquém presidido por Josué: escolham hoje a quem querem servir: o Senhor ou os deuses que vossos pais serviram do outro lado do rio (cf. Js 24,14-24).

Elias tem a audácia de encarar a realidade e coloca o povo na necessidade de se pronunciar em um sentido ou no outro. Não se pode servir a Baal e ao Senhor ao mesmo tempo. Não se pode ter o coração dividido.

A formação progressiva das nuvens e da chuva ajusta-se perfeitamente à topografia e à meteorologia palestinese. Desde o cimo oriental do monte Carmelo, onde o texto bíblico parece colocar o episódio, consegue-se ver no distante horizonte o mar Mediterrâneo, o único manancial que envia nuvens e chuva sobre a faixa siro-palestinese. Pelos outros lados está rodeada de desertos, cujas únicas coisas que produzem são ventos quentes e tempestades de areia. Daí a sentença do Evangelho: “Quando vedes levantar-se uma nuvem no poente, logo dizeis: aí vem chuva. E assim sucede. Quando vedes soprar o vento do sul, dizeis: haverá calor. E assim acontece” (cf. Lc 12,54s).

Elias no monte Horeb (1Rs 19,1-21). Elias, perseguido de morte, empreende uma espécie de peregrinação de regresso, como que retornando para o passado. Com ele algo de Israel volta para a origem autêntica do povo. Começa como fuga, estimulado pela ira de Jezabel: deixa a cidade, o Reino do Norte, o Reino do Sul; no limite da cultura e do deserto, sua fuga se transforma em peregrinação: não é a força da rainha que o repele, mas sim a força de Deus que o atrai. No limite urbano da cultura, um

mensageiro de Deus faz com que compreenda o sentido de sua caminhada. Antes do deserto, a fuga quis desembocar na morte; a partir do deserto, um novo alimento milagroso o transfere para a experiência do primeiro Israel. As etapas da viagem são: a cidade, o deserto, a montanha, o anjo, a presença.

A caminhada de Elias, primeiro através dos reinos do Norte e do Sul, depois através do deserto, é um deslocamento através de uma geografia um tanto quanto simbólica da existência humana, que passa por uma série de altos e baixos, bem refletidos nas atitudes e sentimentos que se sucedem no ânimo de Elias ao longo do caminho: medo, tédio, fastio, fome, desesperança, consciência de culpa e, finalmente, fortalecido com alimento e água, o caminhar iluminado e decidido até o monte onde Deus vai a ele se mostrar.

A pergunta do Senhor (v.9) convida-o a tomar consciência de sua atividade, a desabafar confiantemente. Interpelado por Deus, Elias se confessa.

A revelação do Senhor (vv.11-13), nada mais que uma passagem, é um momento capital que tem de se comparar com a que recebeu Moisés, de acordo com Ex 33,18-23. Furacão, terremoto e fogo são elementos ordinários da teofania (entre outros muitos textos, podem ser vistos Sl 49,3; 96,3-5): neles o homem percebe uma presença de poder que transforma e consome o mais forte e estável. Vento e fogo estão particularmente ligados à vida do profeta. Mas Elias, o feroso e impetuoso, descobre o Senhor em uma brisa amena, em um sussurro apenas audível. Primeiro teve de se afastar da cidade, cruzar o deserto, subir à solidão da montanha; depois teve de descobrir a ausência de Deus nos elementos tumultuosos; finalmente, acalmado o tumulto, a voz calada traz a presença que surpreende.

Repete-se o diálogo de antes, mas como soa diferente agora (v.14).

Embora Elias seja uma voz única e fraca salva da mortandade, poderá mediar a presença do Senhor; mesmo que o persigam para matá-lo, sua vida está cheia da realidade de Deus.

Os profetas procediam de todos os ambientes e de todos os estratos sociais. Alguns haviam nascido na cidade, como Isaías. Outros vinham de ambientes rurais, como Amós e Miqueias. Alguns pertenciam a famílias sacerdotais, como Jeremias e Ezequiel.

Eliseu foi chamado ao ministério enquanto se encontrava no campo arando a terra. Quase todos os chamados proféticos são referendados por um gesto externo, que vem a ser uma espécie de sinal sacramental. A Isaías um dos serafins, que faziam a corte ao trono do Senhor, purificou os lábios com um carvão aceso (cf. Is 6,6s). A Jeremias o Senhor mesmo estendeu a mão e lhe tocou a boca, no momento em que lhe comunicava suas palavras (cf. Jr 1,9). A Ezequiel Deus deu a comer um livro enrolado, que tinha sabor de mel (cf. Ez 3,1-3). A Eliseu Elias largou em cima o manto; é um gesto um tanto enigmático, mas seu sentido está claro: trata-se do chamado ao ministério profético, visto que a partir desse momento Eliseu abandona tudo e segue seu mestre Elias.

O gesto de Eliseu de ir despedir-se de seus pais contrasta com a exigência mais notável do Evangelho em circunstâncias semelhantes (cf. Lc 9,58-62). É possível que se deva admitir uma margem de hipérbole no estilo evangélico; em todo caso, sabe-se que as exigências de Jesus eram mais urgentes e radicais.

Com maior ou menor prontidão, o certo é que Eliseu abandonou seus campos, suas juntas de bois e sua família e passou para o serviço de Elias. Este abandono e ruptura com o passado estão bem simbolizados pelo sacrifício de sua parelha de bois, celebrado em companhia de sua gente como ato de despedida.

Batalhas contra Ben-Hadad da Síria (1Rs 20,1-43). Este capítulo parece tratar simplesmente de guerras entre Israel e Damasco; mas o cap. 22 continua a série com um dado importante, a aliança militar de Israel com Judá. Temos de contemplar um panorama mais amplo para compreender as mudanças de situação e de alianças.

O interesse primordial de Damasco é o comércio. Dentro do país, uma monarquia estabelecida no grande oásis procura unificar sob seu domínio uma multidão de reis e de xeiques do amplo território da Síria. Fora dele, convém-lhe a submissão de Israel, ou ao menos um tratado vantajoso. Enquanto Judá e Israel lutam entre si, vimos que Damasco pode alterar o fiel da balança. Se apoia Israel, este pode colocar em grave perigo o reino irmão; se retira dele seu apoio, Judá pode libertar-se do vizinho do norte. É um jogo político bastante simples.

Sob Acab de Israel e Josafá de Judá realiza-se finalmente a reconciliação: o filho de Josafá casa-se com a filha de Acab e firma um tratado um tanto desigual, pelo qual Judá se obriga a prestar serviços militares, ao passo que Israel reserva para si a iniciativa. Agora se levantam Israel e Judá contra Damasco. E o esquema se repete em maior escala: acima deles cresce outro poder que quer impor sua hegemonia aproveitando-se das divisões; esse poder é a Assíria. Quando esta se atira contra Damasco, Israel e Judá podem respirar tranquilos e recuperar posições; quando a Assíria cede, Damasco pode retomar sua expansão com vistas comerciais.

Os irmãos fazem as pazes: até quando?

A vinha de Nabot (1Rs 21,1-29). O soldado valente das batalhas contra os sírios é de novo o marido fraco diante da mulher estrangeira. Acab era fiel ao Senhor, mas tolerava a propaganda aberta do baalismo; Acab respeitava a tradição de Israel e os direitos de seus súditos, mas tolerou o perjúrio e o assassinato.

A maldição das mulheres estrangeiras, que havia começado seus estragos durante o reinado de Salomão, continuou envenenando a monarquia. E não será Jezabel a última, visto que uma filha sua chegará a ser rainha de Judá.

Jezrael (vv.1-7) encontra-se no ângulo oriental da planície de Esdrelon, e próxima do Jordão, em uma área muito fértil. Nabot era provavelmente um dos notáveis da cidade, na qual também o rei tinha posses.

O plano de Jezabel (v.8) baseava-se em uma série de leis e costumes judeus. Se acontecesse alguma calamidade na região, seca, epidemia etc., os chefes do povo tinham de procurar a causa e eliminá-la. Nabot, sem saber de nada, é convidado a presidir a assembleia ou conselho para buscar remédio para a situação; e ali mesmo duas testemunhas declaram que ele é o culpado (recorde-se o caso dos gabaonitas, 2Sm 21, e a peste no tempo de Davi, 2Sm 24). O crime está previsto em Ex 22,27, a pena de morte por apedrejamento está prevista em Lv 24,16, e a exigência das duas testemunhas consta em Dt 17,6. Também é legal apedrejar o culpado fora da cidade, para não a contaminar (cf. Lv 24,14).

Jezabel fala duas vezes ao marido no relato. A primeira vez em sentido de zombaria: “Não és tu, porventura, o rei de Israel?” (v.7); seu conceito de mando é ter poder sem limites morais (cf. Mq 2,1). Na segunda vez lhe oferece o fruto proibido, o jardim cujo preço é o sangue inocente (15).

Um dos aspectos mais relevantes da profecia bíblica é sua luta pela justiça social. É certo que os profetas são “homens de Deus” e que sua missão é especialmente religiosa. Inclusive, quando denunciavam injustiças sociais ou julgavam situações políticas, não o fazem como políticos, nem por motivos de puro sentimentalismo ou de simples reivindicação social, mas o veem e julgam desde a vertente da Lei e da Aliança. Nem por isso são menos exigentes e radicais. Ler, sobretudo, o livro do profeta Amós.

O confronto de Elias com Acab é paralelo ao de Natã com Davi (cf. 2Sm 12). Em ambos os casos coloca-se em destaque a valentia e a audácia dos profetas, que não retrocedem nem diante dos próprios reis.

Tal qual Davi, também Acab tem um gesto de arrependimento. De acordo com o rígido princípio de retribuição, que preside quase todo o AT, a penitência de Acab recebe seu prêmio, enquanto se estabelece o desaparecimento de sua dinastia: não acontecerá na vida de Acab, mas apenas durante o reinado de seu filho. Mas a dinastia de Acab, tal qual a de Jeroboão, filho de Nabat, e a de Baasa, filho de Aías, está condenada à destruição. Esta é uma das diferenças entre o Norte e o Sul: o Reino do Norte muda oito vezes de dinastia, ao passo que em Judá reinou sempre a mesma dinastia davídica.

O profeta Miqueias (1Rs 22,1-40). A intervenção do profeta Miqueias vem acompanhada de grande aparato narrativo, uma série de contrastes retardando o oráculo. Suas palavras são tão extensas como as de qualquer dos oráculos de Elias, e até quase mais instrutivas para nós; contudo, seu nome tem um aparecimento efêmero na história da monarquia.

Não se trata de um simples oráculo, mas de um confronto do profeta verdadeiro com os profetas falsos: uma história que se repetirá nas figuras críticas de Jeremias e Ezequiel.

Miqueias começa por repetir quase ao pé da letra o oráculo de Sedecias. Algo ecoa em sua voz, talvez um leve tom de imitação irônica, que faz o rei suspeitar, salvo o fato de não ter pronunciado a fórmula clássica de introdução: “Assim fala o Senhor”.

Finalmente Miqueias pronuncia o oráculo. Pode tratar-se de uma autêntica visão profética, como nos oráculos de Amós e alguns de Jeremias.

Nos ouvintes de então pode ter surgido a dúvida: qual dos profetas tem razão? Se todos são profetas, existem alguns que tomam para si o

encargo de proferir a mensagem sem tê-la recebido? E se receberam uma mensagem do Senhor, como se explica a contradição? A esta pergunta responde a visão de Miqueias. É uma tentativa de explicar a complexidade do plano de Deus e de seus meios para realizá-lo; é peça fundamental na história da profecia israelita.

Deus é representado como um soberano com sua corte e seus ministros, à imagem das religiões antigas e das cortes de Israel e de Judá. Na corte existem personagens que atuam com a verdade e personagens que agem com a astúcia e o engano. O plano definitivo de Deus é que Acab marche para a guerra e morra nela. Para que vá para a guerra, o Senhor despacha uma profecia, “um espírito” de entusiasmo e esperança que seria negado ao rei; sua morte é anunciada como um acontecimento futuro, execução de uma sentença pronunciada. Mediante Sedecias fala o espírito mentiroso, por Miqueias fala a palavra autêntica; entre os dois se desenrola a dialética da história. E o rei, ao ouvir Sedecias, mostra que é verdadeiro o profeta Miqueias (“a fim de que vossos profetas sejam achados fiéis”, Eclo 36,18).

Tudo isso é uma tentativa de explicação teológica, muito condicionada ainda por uma particular representação de Deus. Tentativa que pretende salvar a soberania de Deus na história, sua ação por meio dos profetas, a complexidade real dos acontecimentos e motivos humanos (pode-se recordar o personagem Satã no drama de Jó). Uma interpretação mais refinada diria que o Senhor, ao enviar profetas, “permite” que surjam falsos profetas e falsas profecias, e “permite” que o homem se engane escutando o que deseja. Com estas ressalvas e correções, podemos encontrar algo certo e permanente na visão: a ambiguidade do mundo dos espíritos, o engano de nossos desejos profundos, o logro da adulação, a vigilância constante necessária para discernir os espíritos.

ESTUDO DO SEGUNDO LIVRO DOS REIS

.....

Elias e Ocozias

Ocozias e Elias (2Rs 1,1-18). Termina o Primeiro livro dos Reis com a notícia da sucessão de Acab em Israel: o novo rei, Ocozias, governará durante dois anos (1Rs 22,52). Durante seu reinado encontramos a última intervenção de Elias, por ocasião do acidente que o rei sofre (v.2) e pelo qual consulta Baal-Zebub, deus de Acaron. Elias se interpõe no caminho dos embaixadores para exigir respeito ao único Deus de Israel. A consulta é adiada e transferida depois para o profeta, mas Elias não intervém logo a seguir; primeiro morrem dois oficiais que chefiavam essas embaixadas, e só a terceira comitiva consegue o favor de Elias, que confirma ao rei a decisão do Senhor de que morrerá em seu leito de enfermo. A intenção do narrador deuteronomista é demonstrar que não existe deus mais poderoso que o Deus de Israel, mas também ratificar essa presença e ação divinas através de personagens autorizados, como é neste caso o profeta Elias.

Ciclo de Elizeu

Eliseu é o discípulo fiel e sucessor legítimo de Elias. Em um círculo reduzido é chefe de uma corporação de profetas, entre os quais é acreditado mais por seus milagres que por seu ensinamento. Seus poderes

taumaturgicos têm maior alcance: sana os enfermos crônicos (Naaman da Síria, 5), conhece os segredos militares (6,8), tem visões celestiais (6,17), até ressuscita mortos. Por sua missão profética, acompanha ou enfrenta os reis de Israel: com Jorão e Joás, unge rei a Jeú. Sua autoridade se estende cada vez mais, pois intervém de modo decisivo na política e na atividade bélica da Síria.

Elias arrebatado ao céu (2Rs 2,1-18). Entra em ação Eliseu, o sucessor de Elias. Várias cenas merecem ser ressaltadas neste relato:

1. A caminhada de Elias para Betel (v.2), para Jericó (vv.4-6) e para o Jordão (6s). De acordo com Elias, esse itinerário é ordenado pelo Senhor, e precisa fazê-lo sozinho; não obstante, Eliseu não obedece a seu mestre e o acompanha a toda parte. O curioso é que Elias não exige o cumprimento da ordem do Senhor, e com seu silêncio permite a presença do discípulo.
2. As comunidades de profetas de Betel (v.3) e Jericó (v.5) vão ao encontro de ambos os personagens e, pelo que dizem, parece que já conheciam a decisão do Senhor de arrebatá-lo.
3. O diálogo entre Elias e Eliseu (vv.9-12). Elias quer conceder algum desejo a seu discípulo, mas o pedido deste não é algo que dependa dele; Eliseu quer nada menos que dois terços do espírito de seu mestre (v.9c); contudo, obtê-lo-á se conseguir ver o profeta no momento de sua partida.
4. O arrebatamento de Elias (11s).
5. O regresso de Eliseu da beira do Jordão para Jericó (13-18).
6. A constatação por parte da comunidade de profetas de que o espírito de Elias havia pousado sobre Eliseu (v.17).
7. Os profetas insistem com Eliseu para que lhes permita ir buscar Elias (vv.16-18).

Eliseu é confirmado como legítimo sucessor de Elias mediante dois acontecimentos:

1. Com o manto de Elias abre as águas do Jordão para refazer o caminho para Betel (v.14) - isto é, repete a atuação de Elias. Desde tempos muito antigos o manto parece definir o que uma pessoa é; ver o cego de Jericó, que “atira o manto”, visto que Jesus transformou sua vida (Mc 10,46-50).
2. Os mesmos profetas que se acham em Jericó aclamam-no e confirmam-no como sucessor: “O Espírito de Elias repousa em Eliseu” (v.15).

Com os ciclos de Elias e de Eliseu estaríamos diante de uma das etapas de evolução do profetismo em Israel, um serviço carismático que começa a tomar forma ao redor de uma necessidade: erradicar a idolatria do Reino do Norte e fixar radicalmente o culto ao Senhor. Como se pode ver, as imagens, os diálogos e os próprios fatos estariam nos indicando uma possível discussão sobre questões de sucessão ou não entre os profetas. Eliseu é compreendido como o “sucessor” de Elias, mas quem sucede a Eliseu? O fato é que, quando surgem os assim chamados profetas “posteriores” ou profetas “escritores”, chegou-se ao consenso de que não existe propriamente sucessão profética. Mas ao redor dos profetas mais significativos se formaram correntes ou escolas, que dão continuidade no tempo aos ensinamentos do profeta e possibilitam a posterior fixação de seus ensinamentos por escrito, sob o nome do profeta principal.

Milagres de Eliseu (2Rs 2,19-25). Eliseu torna digna de crédito sua missão - ou melhor, sua função profética - saneando as águas do manancial que os habitantes de Jericó utilizam; o segundo sinal, que não devemos tomar literalmente e muito menos como exemplo a imitar, é

a maldição de Eliseu sobre garotos que riem dele no caminho de Betel, maldição que provoca a morte de 42 crianças nas garras de dois ursos. A mensagem desse detalhe, demasiadamente exagerado, pode ser que a maldição recaia sobre aqueles que ridicularizam um profeta do Senhor. O exagerado número de crianças poderia representar ao mesmo tempo o próprio povo de Israel e seu comportamento ainda “infantil”. A evolução do verdadeiro profetismo em Israel não foi para a institucionalização, mas precisamente para a formação da consciência, primeiro do rei e depois do povo. O relato termina com a chegada de Eliseu ao monte Carmelo, lugar de partida, e seu regresso para a Samaria, sede do governo do Reino do Norte (v.25).

Jorão de Israel (2Rs 3,1-27). Na narração do ciclo de Eliseu mistura-se o dado da ascensão ao poder de Jorão de Israel. Como no resto dos reis de Israel, começando por Jeroboão, o historiador afirma que “fez o mal diante do Senhor” (v.2); mas Jorão tem um ponto a seu favor: ao menos fez tirar a estela de Baal erigida por seu pai (v.2b), isto é, contribuiu em algo para diminuir a idolatria em Israel. O enredo continua girando em torno de Eliseu, toda vez que é procurado pelos reis de Israel, de Judá e de Edom, os quais se aliaram para juntos atacar os moabitas, cujo rei se rebelou e não quer continuar pagando tributo a Jorão. O profeta se dá ao luxo de desprezar o rei de Israel (v.13); só por consideração a Josafá, rei de Judá, aceita consultar o Senhor. O vaticínio é favorável e tudo termina com a derrota do rebelde Mesa, rei de Moab, e com a destruição de suas cidades (vv.20-26). Note-se que Eliseu precisa de um meio que lhe permita entrar em contato com o Senhor, nesse caso a música (v.15). Em sua origem, essa peculiaridade relacionava o profetismo em Israel com os feiticeiros, adivinhos e magos da redondeza. Mas na época da profecia clássica desaparecerá o transe como meio de comunicação com

a divindade e se descobrirão novas formas e manifestações.

Milagres de Eliseu (2Rs 4,1-7). Várias tradições atribuem a Elias e Eliseu o socorro prestado aos mais pobres dentre os pobres, isto é, a viúvas e órfãos (cf. 1Rs 17,8-16). Poderia tratar-se de um relato popular que procura ressaltar a resposta profética a uma necessidade e a uma situação tão extremas como esta na qual se acha a viúva da narrativa. Percebe-se um ambiente marcado pela injustiça; a viúva não recorre ao rei nem aos juízes para libertar-se do desalmado credor do marido morto e agora da família desamparada. Possivelmente de forma intencional, o redator faz a viúva ir diretamente aonde está o profeta, porque sabe que nenhuma instância oficial - o rei, os juízes - ou privada - o credor - a ajudará. Teríamos então, não tanto a narração de um “milagre” de Eliseu, e sim uma denúncia contra a monarquia e suas instituições, que mostraria como só o profeta, como homem de Deus que é, socorre os pobres, deserdados e marginalizados do povo.

O filho da sunamita (2Rs 4,8-44). Os vv. 8-37 referem a lenda das relações amistosas entre Eliseu e uma importante senhora de Sunam, localidade pertencente à tribo de Issacar (Js 19,18). O conjunto do relato contém elementos simbólicos que vale a pena salientar:

1. A importância da mulher.
2. Sua esterilidade e a velhice do marido.
3. A concepção do menino.
4. A morte súbita do filho.
5. O recurso ao profeta.
6. A ação do profeta para recuperar a vida do menino.
7. A mulher não aceita intermediários, exige a presença do profeta.

Todos eles podem ser entendidos como a maneira de ilustrar as

convicções a respeito da soberania do Senhor e, sobretudo, para demonstrar que se trata de um Deus vivo e comprometido com a vida. Os vv. 38-44 apresentam duas variantes de uma mesma ideia: o alimento inesgotável para todos quando se coloca em comum o pouco que se tem. Também é uma resposta profética a uma necessidade extrema, à qual uma sociedade composta de monopolizadores e cobiçosos não pode responder (cf. o sinal do pão para todos em Mc 6,30-44).

Naamã da Síria e Eliseu (2Rs 5,1-27). Encontramos nesta passagem uma série completa de contrastes visando estabelecer a tese de que “não há outro Deus em toda a terra, senão o de Israel” (v.15), palavras pronunciadas por Naamã, um oficial sírio que recebeu um benefício do Senhor mediante seu profeta Eliseu. Um deles se refere à classe social dos protagonistas da história; Naamã pertence à classe alta governamental e goza do favor do seu rei. Quando fica sabendo, por meio de uma escrava israelita, que poderia ser curado de sua lepra (v.3), a transação se faz por via diplomática, de rei para rei: o rei sírio solicita ao rei de Israel a cura para Naamã (vv.5s). O narrador ressalta com agudeza a reação e a resposta do rei de Israel, que suspeita que o rei sírio procure um pretexto para atacá-lo. Pois bem, os olhos precisam fixar-se em alguém que não possui nem os títulos nem a importância social e política do restante dos atores, mas que possui o caráter de mediador entre Deus e o povo. Entra em cena Eliseu, que pouco a pouco vai se tornando conhecido, ao passo que os dos cargos elevados vão perdendo importância. É a maneira como a corrente deuteronomista (D), responsável pelos livros dos Reis, intui e ilustra o problema da universalidade de Deus, e, portanto, de sua soberania absoluta.

Milagre do machado (2Rs 6.1-7). As lendas em torno de Eliseu incluem esta, na qual o profeta devolve a um membro da comunidade

dos profetas o ferro de um machado que caiu no rio, fazendo acontecer o que normalmente nunca aconteceria: que o ferro flutue. Se levamos em consideração as circunstâncias históricas que o redator deuteronomista está analisando, podemos ver nisso um símbolo para afirmar que Deus fará flutuar Israel, do mesmo modo que Eliseu fez flutuar o pesado metal.

Guerra com a Síria (2Rs 6.8-23). Os enfrentamentos históricos entre Síria e Israel servem de ponto de partida para esta nova lenda sobre Eliseu, em que os únicos que se apercebem do que aconteceu são o profeta, alguns soldados sírios, o rei da Síria, o piquete de soldados que vai capturar Eliseu e o rei de Israel. O rei da Síria não consegue acertar um só golpe em Israel mediante emboscada, graças a que Eliseu, sem que se saiba como, mantém o rei de Israel informado dos estratégias dos sírios. Ao perguntar sobre os motivos pelos quais os israelitas não puderam ser surpreendidos, o rei sírio descobre que isso se deve a um espião que trabalha a favor dos israelitas. Envia uma tropa com a missão de capturá-lo, mas Eliseu a domina de modo pacífico, recorrendo à oração: pede a Deus que faça o necessário para colocar esses homens na própria capital da Samaria, nas mãos do rei de Israel. O desenlace é inesperado; se Eliseu tivesse estado trabalhando realmente para o rei israelita, esta teria sido a ocasião para destruir ao menos parte do exército inimigo. Mas o profeta não está interessado em derramamento de sangue; contra todo prognóstico, ordena ao rei que alimente esses homens para que regressem a seu país, e assim o faz o rei israelita. Eliseu não trabalha para o rei, mas para a paz. Enquanto os reis se enfrentam com seus exércitos, o profeta enfrenta ambos com uma só arma, a fé, com a convicção de que só em Deus e por Deus é possível superar os conflitos.

Assédio e fome em Samaria (2Rs 6.24-7,20). É uma variante do relato anterior, no qual Eliseu continua sendo o protagonista. Encontra-se

no mesmo ambiente do conflito entre Israel e Síria, mas a circunstância concreta é o cerco imposto pela Síria e suas terríveis consequências: fome e carestia. O povo, representado pela mulher que fala com o rei, acha-se em uma situação extrema (6,26-29), diante da qual o rei se sente impotente (6,27) e que surpreendentemente lança toda a culpa disso sobre Eliseu, a quem decide decapitar (6,31-33). O desfecho não se orienta para a maneira como Eliseu escapa da fúria e da decisão do rei, mas sim para a forma como Israel se livra da mão inimiga. Eliseu proclama duas profecias que se cumprem de um dia para outro: o fim do cerco trará abundância de alimentos e baixa de preços (7,1); o incrédulo capitão do rei verá o cumprimento do que foi proclamado pelo profeta, mas não participará disso (7,2).

A situação começa a se desenvolver a favor de Israel graças a uma intervenção extraordinária do Senhor. O narrador explica entre parênteses algo que só ele e o leitor conhecem: que o exército sírio havia fugido tomado por um terrível pânico infligido neles pelo Senhor (7,6s). Quatro leprosos não podem suportar mais a fome e decidem transferir-se para o exército inimigo, resolvidos a viver um pouco mais ou a morrer por esse ato (7,3-5). Ao encontrar o acampamento sem ninguém, entregam-se ao saque desenfreado, mas logo decidem tornar conhecida a notícia aos concidadãos, que precisam esperar que o atônito e incrédulo rei israelita confirme tudo isso. Assim acaba-se a carestia e volta a paz a Israel; a primeira profecia de Eliseu se cumpre (7,16). A segunda se realiza quando o povo, que sai às carreiras para saquear o acampamento sírio, passa por cima do capitão esmagando-o e provocando sua morte (7,17).

O sentido deste relato, como do anterior, continua sendo que a vida não pode ser anulada pela morte. Inclusive nos casos mais extremos, Deus se vale de qualquer meio para que a vida prevaleça. Em nenhum caso a

vitória de Israel se deve à valentia ou bravura de seu rei e seus soldados; a ele não se pode atribuir nenhum triunfo sobre o inimigo, e portanto nenhuma glória. Tudo foi feito pelo Senhor mediante seu profeta.

Volta da sunamita (2Rs 8.1-6). Este relato e o seguinte correspondem melhor às narrações dos cap. 4-7. A menção da sunamita - a quem Eliseu havia ressuscitado o filho - e o conselho de abandonar o país sugerem que esta passagem venha depois da reanimação do menino e antes da catástrofe que pende sobre Israel, da qual quer salvar a mulher. O rei de Israel faz justiça a ela pelo vínculo de amizade que a une ao profeta, tal e como o criado de Eliseu lhe referiu.

Eliseu e Hazael em Damasco (2Rs 8.7-15). Estes versículos apresentam Eliseu em terra estrangeira, na capital da Síria, onde o rei aproveita para consultá-lo sobre o desfecho de uma doença que padece. O rei se curará, mas morrerá irremediavelmente. O que o profeta não diz é que sua morte será pelas mãos do homem de sua confiança: Hazael (v.15). No tempo em que Eliseu prediz a saúde e morte do rei, prediz também o que acontecerá a seu próprio povo nas mãos do usurpador Hazael (vv.11-13). Mais uma vez se salienta a qualidade adivinhatória atribuída aos profetas.

Jorão de Judá (2Rs 8.16-24). Interrompem-se por um momento as narrações sobre Eliseu para apresentar dois reis de Judá. O primeiro é Jorão, que segundo o v. 17 reinou oito anos em Jerusalém. O narrador ressalta que este rei “fez o mal aos olhos do Senhor” (v.18), com o que fica identificado como um rei mau; Judá permanece só pelas promessas divinas feitas a Davi (v.19). Também fica registrado o incipiente enfraquecimento de Judá devido ao ressurgimento de Edom, povo até então tributário do Reino do Sul (vv.20-22).

Ocozias de Judá (2Rs 8.25-29). Por ocasião da morte de Jorão de

Judá sucede-lhe seu filho Ocozias, que só conseguirá governar um ano. Nada se diz de como acabou, mas não escapa da qualificação negativa por parte do narrador deuteronomista: também “fez o mal aos olhos do Senhor” (v.27). De Ocozias ressalta-se que estava aparentado com Amri rei de Israel e que no conflito de Israel com a Síria, governada já por Hazael, lutou com Jorão de Israel contra a Síria e visitou-o quando foi ferido. Esses fatos proporcionam o marco histórico no qual se desenvolverá ao longo dos próximos capítulos o fim da dinastia de Acab em Israel e o reinado de Jeú.

Jeú de Israel (2Rs 9,1-37). Até agora as intervenções de Eliseu haviam sido relativamente pacíficas; nesta oportunidade, qualquer pessoa se surpreende diante do trauma político que esta nova intervenção sua desencadeará. Envia notícias, mediante um mensageiro, a Jeú, general do exército de Jorão, para que se autoproclame rei, com o que indica o extermínio de toda a casa de Acab, começando pelo rei e sua própria mãe, Jezabel. O fundo histórico é o derramamento de sangue e os abusos do rei e da rainha-mãe; a justificação teológica encontra-se no v. 22: Jezabel é responsável pela presença de ídolos e das práticas de feitiçaria em Israel, algo que foi rechaçado pela raiz desde o início do profetismo em Israel.

Segundo o narrador, sobre o fim do rei Jorão e de sua mãe pesavam já conhecidos oráculos do Senhor, embora de fato não apareçam no texto bíblico. No mesmo dia morre também Ocozias, ferido por Jeú enquanto fugia para Jerusalém. Recordemos que Ocozias fora combater contra a Síria e que, no momento da revolta chefiada por Jeú, encontrava-se visitando Jorão, ferido por sua vez no campo de batalha. O narrador não questiona a decisão de Eliseu de proporcionar a insurreição de Jeú nem os excessos do general golpista. Ao que parece, tudo fica justificado pelos abusos e males praticados pela dinastia de Acab, muito especialmente

a contaminação da religião javista com o culto a deuses estrangeiros. Surge, então, a interrogação obrigatória: o fim justifica os meios? É lícito chegar a esses extremos em nome da religião? Evidentemente que não. Sob nenhum pretexto, nem em nome de Deus, nem em defesa de ideologia nenhuma, nunca é lícito esse tipo de solução. É evidente que nossos critérios atuais estão muito distantes dos critérios com que agia cada geração bíblica; mas precisamente por isso, porque hoje temos de agir com outros critérios, somos obrigados a não tolerar tais medidas, que não deixam de ser uma tentação latente em nossa sociedade moderna. O mal não é erradicado pelo extermínio dos maus.

Banho de sangue (2Rs 10,1-36). Não contente com o extermínio de toda a família de Acab, inclusive dos parentes mais distantes, Jeú extermina também todos os devotos de Baal: fiéis, profetas e sacerdotes. Queima a estátua do deus, e o templo se transforma em latrina pública (v.27). Mas Jeú também não escapa do julgamento negativo que pesa sobre os reis de Israel, desde Jeroboão, filho de Nabat, até Joacaz, último rei do Norte, que verá a destruição do reino pelas mãos dos assírios. É certo que se atribui a Jeú a purificação do culto (v.28), algo que segundo o narrador agradou ao Senhor, mas ele não se afastou dos pecados que Jeroboão fez Israel cometer, o culto aos dois bezerros de ouro de Dã e de Betel (cf. 1Rs 12,25-33); estes eram o sinal visível do cisma ocorrido por ocasião da morte de Salomão e substituíam o culto de Jerusalém. O julgamento da corrente deuteronomista é que Jeú “não se aplicou a seguir, de todo o coração, a lei do Senhor, Deus de Israel” (v.31). Assim, pois, o que sobrevirá a Israel, a invasão assíria e a posterior destruição do reino, têm a partir daqui uma explicação teológica: tudo isso será o castigo de Israel por sua desobediência à vontade divina e sua revolta.

Reinado e morte de Atalia (2Rs 11,1-20). A violência que se derramou no Norte tem repercussões no Sul. Atalia, mãe do falecido rei Ocozias, quer também exterminar a dinastia de Davi, mas não percebe que uma irmã de Ocozias escondeu Joás, filho menor do rei falecido. Atalia assume o poder em Judá durante seis anos, tempo durante o qual Joás foi crescendo. A seu devido tempo, Jojada, sacerdote de Jerusalém, prepara tudo para ungir e coroar Joás como rei legítimo de Judá, que será aclamado como tal por todo o povo. Apesar das semelhanças que possam existir com os acontecimentos do Norte, são muitas mais as diferenças: em primeiro lugar, Jojada não conspira em benefício próprio, como fez Jeú; segundo, o derramamento de sangue é mínimo, só morre Atalia; em terceiro lugar, na eliminação do culto a Baal só perece o principal dos sacerdotes, Matã; por último, fica restabelecida a continuidade da descendência davídica, legitimada pelo duplo pacto entre o Senhor e o rei, e entre o rei e o povo (v.17). Finalmente, “todo o povo da terra se alegrou, e a cidade ficou em paz” (v.20).

Joás de Judá (2Rs 12,1-21). Joás começa seu reinado ainda menino, pelo que se presume seu protetor e instrutor Jojada como regente até a maioridade. O deuteronomista faz constar sua avaliação positiva a respeito desse rei - “fez o que era bom aos olhos do Senhor, durante todo o tempo em que esteve sob a direção do sacerdote Jojada” (v.2) - mas que também sob seu reinado não desapareceu de todo o habitual culto nos lugares altos, onde se oferecia sacrifícios e se queimava incenso (v.3). Israel deve ter abolido essa prática quando chegou à terra de Canaã (cf. Nm 33,52; Dt 12,2), assim, sua continuação mereceu sempre a crítica e a condenação dos profetas. Apesar do longo reinado de Joás, a única coisa que o narrador conta é seu interesse pela reforma do templo. Apesar do decreto real que ordena destinar todos os rendimentos para

essa finalidade, as obras não chegam a se iniciar, pelo que o rei precisa intervir de novo. Sobre o destino final dado aos fundos arrecadados para comprar do ameaçador rei sírio a proteção e a paz para Jerusalém, não existe nenhum reparo aparente; não obstante, alguém pode ficar na incerteza se a morte violenta do rei não se deva exatamente a isso.

Joacaz, rei de Israel (2Rs 13,1-9). O primeiro descendente de Jeú reina em Israel durante 17 anos (v.1); segundo o narrador, também “fez o mal aos olhos do Senhor” (v.2); isto é, manteve como os reis anteriores os dois centros de culto em Dã e Betel, onde havia bezerros de ouro conhecidos e entronizados por Jeroboão quando decidiu que ninguém em Israel devia ir prestar culto em Jerusalém (cf. 1Rs 12,25-33). Quando o deuteronomista fala dos “pecados que Jeroboão, filho de Nabat, fez Israel cometer” ao longo de toda a história dos reis do Norte, refere-se sempre a esses centros de culto. Segundo o v. 3, durante o reinado de Joacaz intensifica-se a perseguição da Síria contra Israel; mas, diante da oração de súplica do rei, o Senhor se compadece de Israel e lhe dá um salvador, que o liberta da opressão síria (vv.4s). Não sendo especificado quem foi esse salvador, deve-se concluir que foi o mesmo Joacaz que enfrentou a Síria e a manteve afastada por determinado tempo. Israel sacudiu por breve tempo a opressão estrangeira, o que se entendia como uma ação de Deus em favor do povo; mas nem por isso o rei ou o povo abandonaram os pecados herdados de Jeroboão, nem se converteram ao Senhor.

Joás de Israel (2Rs 13,10-13). É o segundo descendente da dinastia de Jeú. O Cronista antecipa aqui os dados já estereotipados sobre os monarcas do Norte: data de subida ao trono, anos de governo e, apesar de suas relações com Eliseu, o já conhecido juízo de valor “fez o mal aos olhos do Senhor” (v.11); finalmente, o dado sobre sua morte e a notícia de que foi enterrado em Samaria junto dos outros reis de Israel.

Morte de Eliseu (2Rs 13,14-25). Já em seu leito de morte, Eliseu recebe a visita de Joás, que o chama: “Meu pai, meu pai! Carro e cavalaria de Israel!” (v.14). Até o último momento de sua vida, Eliseu está disposto a agir em favor de seu povo, daí as ordens que dá ao rei e cuja execução se transforma em sinais para Israel: manda disparar algumas flechas e depois golpear o solo (vv.15- 18), para vaticinar-lhe depois as vitórias parciais que terá sobre a Síria (v.19). Com uma breve frase narra-se a morte de Eliseu: “Morreu e foi enterrado” (v.20); não obstante, para ressaltar o papel transcendente do profeta, narra-se a seguir o estranho caso de um homem morto que teve de ser deixado na mesma tumba de Eliseu para fugir das guerrilhas moabitas; o morto ressuscita ao contato com os ossos de Eliseu (v.21). É uma maneira de descrever a ação vivificante do profeta para o povo.

Amasias de Judá (2Rs 14,1-22). Em Judá, Amasias sucede a seu pai Joás, que fora assassinado (vv.12,20s). Embora não se tenha comportado como seu antepassado Davi, “fez o que é bom aos olhos do Senhor” (v.3), embora também não tenha conseguido suprimir os cultos nos lugares altos. Tendo-se firmado no poder, vinga-se dos assassinos de seu pai, mas respeitando a lei de Moisés que proíbe derramar o sangue dos filhos dos culpados (v.6; cf. Dt 24,16). No plano internacional, Amasias obtém uma vitória sobre Edom, o que o encoraja a desafiar Joás de Israel; este manda dizer a Amasias, com certo desprezo, que goze a sua glória permanecendo em casa (v.10). O confronto entre ambos os reinos acaba acontecendo e Amasias é derrotado, a muralha da cidade é destruída parcialmente e o templo é saqueado (vv.11- 14). Os vv. 15s são uma segunda conclusão do reinado de Joás, que complementa a de 13,12s. Quanto a Amasias, seu final é idêntico ao de seu pai: um grupo de conspiradores propõe-se matá-lo, pelo que foge para Laquis, até onde

é perseguido e assassinado; dali é trasladado para Jerusalém para ser sepultado junto de seus antepassados (vv.19s).

Jeroboão II de Israel (2Rs 14,23-29). Como membro da terceira geração da dinastia de Jeú sobe ao trono de Israel Jeroboão II. Como o resto dos governantes de Israel, recebe a invariável qualificação de ter feito o mal diante dos olhos do Senhor (v.24). Ao que parece, sob seu reinado aumentou a prosperidade econômica de Israel (cf. Am 6,4-6); Jeroboão II acertou no plano internacional ao recuperar alguns territórios que lhe haviam sido arrebatados. Contudo, tais sucessos não são diretamente atribuíveis ao rei: tudo aconteceu graças à misericórdia de Deus, que “não tinha ainda resolvido apagar o nome de Israel de sob os céus” (v.27), “conforme tinha o Senhor anunciado pela boca de seu servo Jonas, filho de Amati, que era natural de Get-Hefer” (v.25). Esta profecia não se encontra em parte alguma do livro dos Reis, menos ainda no livro de Jonas, que é muito posterior a esses acontecimentos.

Azarias (Ozias) de Judá (2Rs 15.1-7). Nenhum rei de Judá governou tantos anos como este rei; todavia, virá outro depois que governará ainda mais anos: Manassés (2Rs 21,1). Depois da respectiva avaliação - positiva, certamente - continua a mesma crítica que se fez a seus predecessores: os lugares altos não desapareceram. Ali “o povo continuava sacrificando e oferecendo incenso” (v.4), isto é, persistiam os santuários locais. Será preciso esperar Ezequias e, posteriormente, seu bisneto Josias para escutar notícias diferentes sobre esses cultos locais. De Azarias só se diz que durante toda a sua vida esteve recluso em sua casa, devido a uma infecção na pele que o Senhor lhe enviou (v.5); assim, quem exercia realmente a função de governo era seu filho e sucessor Joatão. Não esqueçamos que, segundo a cosmovisão da época, tanto a saúde/bênção como a doença/maldição provinham de Deus.

Zacarias de Israel (2Rs 15,8-12). Em cumprimento ao que fora dito a Jeú pelo Senhor (2Rs 10,30), o quarto membro de sua dinastia sobe ao poder, mas só governa seis meses. O trono é ocupado por Sulum, o mesmo que assassina o rei.

Sulum de Israel (2Rs 15,13-16). Pouco tempo vai durar no trono o usurpador Sulum. Passado um mês, também ele vai ser assassinado por Manaém. Nem chega a receber a crítica do narrador, embora, sabendo que se trata de um rei do Norte, possamos concluir que teria feito “o mal aos olhos do Senhor”.

Manaém de Israel (2Rs 15,17-22). Exerce o governo de seu reino durante longo tempo, dez anos; mas Manaém precisa enfrentar as incursões assírias que querem invadir o território israelita; se se mantém no poder é porque se submete a pagar um alto tributo ao rei assírio, imposto que é arrecadado entre os mais ricos de Israel. Manaém, ao que parece, morreu de morte natural (v.22).

Pecaia de Israel (2Rs 15,23-26). Uma vez mais se repete a cena do assassinato de um rei. Pecaia, filho e sucessor de Manaém, é assassinado por seu oficial Pecá, que o suplanta no trono. Pecaia reinou durante dois anos e também “fez o mal aos olhos do Senhor” (v.24).

Pecá de Israel (2Rs 15,27-31). A política internacional piorou e as relações com a Assíria tornam-se mais difíceis. Se Ful, o rei da Assíria, tinha exigido um elevado tributo a Manaém (v.19), agora as tropas assírias entram decididamente no território israelita e desterram a população. Não esqueçamos que o método conquistador dos assírios consistia em deportar os habitantes dos países derrotados e trazer como colonos habitantes de outras províncias com a finalidade de bloquear qualquer tentativa de insurreição (cf. 2Rs 17,24). A situação interna de Israel piora com a conspiração e o posterior assassinato do rei por obra de Oseias, que ocupará

o trono para o resto de vida que sobra ao agonizante Reino do Norte.

Joatão de Judá (2Rs 15,32-38). Regressemos a Judá, onde depois de um longo reinado morre Azarias, ao qual sucede seu filho Joatão, que durante a vida de seu pai já “administrava o palácio e governava a terra” (v.5b) devido à doença do rei (v.5a). Joatão é louvado pelo deuteronomista, embora com a mesma crítica a respeito dos cultos locais. Abona-se a ele a construção da porta superior do templo (v.35). Nessa época, o reino irmão do Norte e o rei da Síria provocam escaramuças no território de Judá. De fato, não se deveria entendê-las como provocação, mas sim como forma de pressionar o rei de Judá a se aliar a Israel e à Síria contra a Assíria.

Acaz de Judá (2Rs 16,1-20). Desde a avaliação negativa de Salomão em 1Rs 11,1-33 não havíamos voltado a encontrar outra igual ou pior contra um rei de Judá. Acaz fez tudo que o Senhor reprova; não só imitou a conduta dos reis do Norte, mas além disso participou ele próprio dos cultos locais que o deuteronomista e os profetas denunciavam e que todos os reis anteriores a ele apenas toleraram. Não contente com isso, reviveu um antigo costume dos povos que “o Senhor tinha expulsado de diante dos filhos de Israel” (v.3) e que o povo judeu considerava abominável há muito tempo: sacrificar na fogueira o filho primogênito.

As políticas interna e externa estão muito agitadas sob esse reinado. Já no reinado de Joatão, o narrador havia advertido que “o Senhor começou a excitar contra Judá o rei da Síria, Rasin, e Pecá, filho de Romelia” (2Rs 15,37); mas é Acaz quem deve enfrentar esses dois inimigos. Segundo os historiadores, Damasco e Israel estavam pressionando Judá para formar uma coligação contra a Assíria e assim escapar de seu poder opressor. Não obstante, Acaz inclina-se para outra saída política: recorre diretamente ao poderoso do momento para pedir proteção e ajuda contra Damasco e Israel, não sem antes declarar “eu sou teu servo e teu filho” do rei assírio

Teglat- Falasar e de pôr em suas mãos um generoso presente (vv.7s). Sem mais perda de tempo, o rei assírio atende ao chamado do desesperado rei de Judá e rapidamente se apodera de Damasco, capital da Síria, e mata o rei Rasin. Sobre a sorte de Israel não se fala mais neste capítulo, mas temos de supor que a repressão aumenta. Em reconhecimento a Teglat-Falasar, Acaz manda construir em Jerusalém um altar idêntico ao que viu em Damasco, onde se devia celebrar o culto oficial ao rei. É curioso que não haja nem uma simples palavra de avaliação crítica dessa atuação de Acaz, visto que toca valores tão tradicionais como o templo, o altar e o culto. Precisamos entender que na avaliação dada nos vv. 3s tudo já fica dito.

Oseias de Israel (2Rs 17,1-41). Em apenas três versículos fica apresentada a história do reinado de Oseias, último rei de Israel. Apesar de receber a mesma qualificação de todos os seus antecessores, fica registrado que não foi tão mau como os outros reis que o antecederam (v.2). Os vv.3s descrevem a última etapa das relações internacionais entre Israel e Assíria. Tendo sido atacado Israel, o rei submete-se sob tributo, mas logo se dirige secretamente ao Egito para pedir apoio contra a Assíria. Descoberta essa jogada política, a Assíria reage com a invasão definitiva e a captura do rei. Em dois versículos (vv.5s) fica descrita a queda e ruína do que se chamou “Reino do Norte”; os israelitas são deportados e o território passa a ser colonizado por prisioneiros de outras províncias do mesmo império assírio (cf. 2Rs 18,9-12).

O resto do capítulo é uma longa reflexão do narrador deuteronomista sobre o acontecido ao reino de Israel. De acordo com sua análise, tudo aconteceu porque Israel se revoltou contra Deus, seu antigo Libertador, e se colocou a serviço de outros deuses, coisa que o Senhor lhe havia proibido (vv.7-12). Os vv.13-17 ampliam os motivos da perdição de Israel: apesar de ter sido avisado e aconselhado por

Deus por meio de seus profetas, o povo desobedeceu ao Senhor e se dedicou a práticas dos povos vizinhos. A sentença encontra-se nos vv. 18-20: os pecados de Israel irritaram tanto o Senhor, que ele decidiu afastá-lo de sua presença e deixar só Judá, ainda que segundo o conceito do narrador nem mesmo este seja um modelo de obediência. Todo o mal de Israel tem uma origem: a divisão provocada por Jeroboão por ocasião da morte de Salomão e a introdução em Israel do pecado de apostasia que durou até sua queda definitiva. Com efeito, Jeroboão erigiu dois bezerros de ouro e os entronizou para seu culto: um em Betel, fronteira com Judá, e outro em Dã, limite norte com a Síria. Deste modo, ninguém tinha de se deslocar para Jerusalém a fim de cultuar o Senhor (cf. 1Rs 12,26-30).

Os vv.24-41 descrevem a situação dos novos colonos, obrigados a viver no território agora pertencente à Assíria. O problema que essa nova população enfrenta no momento de celebrar o culto é puramente simbólico, com o que se quer dizer que, embora o território tenha sido conquistado e os israelitas expulsos dele, quem exerce a verdadeira soberania é o Senhor; por isso o narrador coloca na boca do próprio rei assírio a ordem de enviar para ali um sacerdote israelita, para que instrua o povo na maneira correta de celebrar o culto ao Senhor. Percebemos aqui uma consequência histórica que se depreende da conquista, da colonização e das práticas religioso-culturais desse período: o sincretismo que foi surgindo na Samaria. Este, somado a certa recusa preexistente que os habitantes de Judá sentiam para com os de Samaria, provocou o ódio que persiste até o dia de hoje.

Ezequias de Judá (2Rs 18,1-20,21). Os capítulos seguintes até o 20 são dedicados a Ezequias e à crise externa que precisou enfrentar com a Assíria, a potência do momento.

Ezequias sobe ao trono (2Rs 18,1-8). Constatada a data da subida ao trono de Ezequias, imediatamente se passa a sua qualificação. Qualquer descendente de Davi invejaria a avaliação que se dá desse rei, filho de Acáz. Ezequias não só fez o que agrada ao Senhor, como atuou em tudo como Davi; até em seu triunfo contra os filisteus é idêntico a seu antepassado (v.8). A Ezequias se atribui, além disso, ter suprimido os cultos locais que seus predecessores não haviam conseguido eliminar; inclusive destruiu a serpente de bronze que Moisés havia fabricado no deserto e à qual queimavam ainda incenso! (v.4). A avaliação global positiva do reinado de Ezequias relaciona-se com:

1. ter feito o que o Senhor aprova;
2. ter eliminado os cultos nos lugares altos - ou cultos locais;
- 3.mas sobretudo porque “pôs sua confiança no Senhor, Deus de Israel” (v.5), “conservou-se unido ao Senhor, e nunca se desviou dele, e observou todos os mandamentos que o Senhor prescreveu a Moisés” (v.6).

Aí residiu o sucesso de todos os seus empreendimentos. Essa é a concretização do que a corrente deuteronomista já fixava como chave para o sucesso e para a prosperidade de cada israelita (cf. Dt 4,40; 5,29.33; 6,3.18; 12,28 etc.).

Crise externa de Judá (2Rs 18,9-37). Os vv.9-12 fazem o inventário da catástrofe do Reino do Norte e da deportação da qual foram vítimas todos os seus habitantes. Uma vez mais se salienta a desventura de Israel provocada por sua própria rebeldia, por não ter cumprido o que o Senhor lhes havia mandado por meio de Moisés. Este resumo é um marco histórico para apresentar agora a situação do reino de Judá e suas relações com a Assíria. Com efeito, uma vez arrasado o Reino do Norte, a pretensão assíria é fazer o mesmo com Judá; não obstante, uma

primeira saída política acontece, ao menos temporariamente: Ezequias submete-se ao poderoso através de uma custosa vassalagem, paga com os tesouros do templo e do palácio real (vv.14-16), vassalagem que já vinha sendo paga desde que Judá pedira proteção à Assíria contra Israel e Damasco sob o reinado de Acáz.

Mas o perigo não desaparece; os vv.17-37 recolhem a ameaçadora mensagem que Senaquerib, rei assírio, envia a Ezequias. A mensagem deixa entrever a absoluta confiança que o rei assírio tem em seu exército e sua força de ataque; nenhum reino lhe resistiu, ou, o que quer dizer o mesmo, nenhum deus pôde com ele nos territórios que se propôs conquistar. Como pode Ezequias acreditar que Judá e Jerusalém são uma exceção? A mensagem, mais que fundada em feitos reais, procura causar impacto psicológico no rei e em cada um dos habitantes de Jerusalém. Por isso, embora os diplomatas jerosolimitanos peçam ao emissário de Senaquerib que fale em aramaico, para que o povo não entenda essa fala, o emissário não liga e repete praticamente o mesmo discurso em hebraico com mais força, no qual deixa um desafio ao poder de Deus e à retidão, veracidade e valentia de Ezequias (vv.28-35).

O rei Ezequias consulta o profeta Isaías (2Rs 19,1-7). Como era costume, diante de um perigo iminente consultava-se um profeta para saber a vontade de Deus a respeito das medidas que deviam ser tomadas. Nesse caso, Ezequias envia seus mensageiros ao profeta Isaías para que consulte o Senhor. Isaías exercia desde algum tempo seu ministério em Jerusalém (cf. Is 6,1; 7,3) e já havia criticado a decisão do rei de se revoltar contra a Assíria. Sua crítica mais contundente dirigia-se contra o desejo de se aliar ao Egito, a “cana rachada”, como o chama o rei assírio (vv.18,21). Isaías está convencido de que a Assíria é um instrumento de castigo nas mãos de Deus para castigar Judá por suas rebeldias (cf. Is

30,1-5; 31,1-3). Contudo, Isaías manda de volta ao rei os mensageiros com notícias que inspiram confiança: o exército assírio se retirará e seu rei morrerá assassinado em seu próprio país (vv.6s).

Nova mensagem a Ezequias (2Rs 19,8-14). As intenções da Assíria em relação a Judá continuam de pé. Senaquerib questiona o poder do Deus de Judá para salvar seu povo, visto que o rei assírio e seu deus Assur submeteram todos os territórios e países contra os quais combateram.

Oração de Ezequias (2Rs 19,15-19). O rei, aflito, dirige-se ao templo e ali ora diante do Senhor. A oração consta de três partes:

1. Ezequias confessa que seu Deus é soberano de todos os reinos do mundo, visto que criou os céus e a terra (v.15).
2. O Senhor está sentado sobre querubins nas alturas, e por isso é-lhe suplicado que se incline para escutar e ver os ultrajes de que são objeto tanto Deus quanto seu povo escolhido (v.16). Não se deixa de reconhecer que a Assíria realmente arrasou tudo por onde passou, inclusive os deuses de cada localidade; mas isso se deve a que essas divindades não são deuses, e sim figuras feitas pelas mãos humanas, não como o Deus de Israel, que é o único, o verdadeiro, aquele que vive e faz viver (vv.17s).
3. Por tudo o que se disse anteriormente, o Deus vivo de Israel deve intervir para que todo o mundo saiba que ele é o Único e Verdadeiro (v.19).

Mensagem de Isaías a Ezequias (2Rs 19,20-34). Embora Ezequias tenha orado diretamente ao Senhor, a resposta a sua súplica lhe vem por meio do profeta Isaías. Sua oração fora ouvida, assim como a resposta é dirigida a Senaquerib. O Senhor faz um inventário das ações heroicas desse rei, mas para dizer que tudo o que realizou foi por disposição

divina, porque Deus está acima de tudo: tudo vê, tudo esquadrinha, tudo conhece (vv.22-27). Mas é chegada a hora de colocar a “argola em seu nariz” (v.28), isto é, fazer o arrogante rei entender quem é realmente o Poderoso; a maneira de fazê-lo sentir seu poder é devolvendo-o para casa (vv.28b). Os vv. 29-34 são a promessa para os habitantes de Jerusalém e os sinais concretos para que saibam que a Assíria não tocará a Cidade Santa; a defesa será feita pelo próprio Senhor em honra de Davi, “meu servo” (v.34).

Libertação de Jerusalém (2Rs 19,35-37). Os últimos versículos deste capítulo narram como o exército assírio foi ferido pelo anjo do Senhor durante a noite (cf. Ex 14,19-31) e como o rei, com o pouco que lhe restou de seu exército, se retirou para seu país, desaparecendo assim a ameaça sobre Jerusalém. O acontecimento, que certamente tem um fundo histórico, é lido em chave teológica pelo redator deuteronomista como um gesto do amor e beneplácito divinos para com Jerusalém; do mesmo modo sua queda e destruição por mãos dos babilônios anos mais tarde será vista como um castigo por sua infidelidade (cf. 2Rs 21,10-15; 23,27). No v. 37 constata-se a morte de Senaquerib, assassinado por conspiradores, com o que se cumpre o que fora dito em 19,7.

Doença de Ezequias (2Rs 20,1-11). Diante da aproximação de sua morte, referendada pela palavra profética (1c), encontramos de novo o lado piedoso, orante do rei. Com o argumento de sua retidão de vida consegue do Senhor uma revogação da palavra dada por meio de Isaías, e é o mesmo profeta quem lhe anuncia a decisão divina não só de prolongar seus dias, mas de conceder-lhe um período de paz e de tranquilidade em relação à inimiga

Assíria (vv.5s). Estranhamente encontramos-nos com um Ezequias imerso em dúvidas, que pede um sinal do cumprimento dessas promessas.

Dizemos estranhamente porque, alguns versículos antes, encontrávamo-nos diante de um rei que se manteve firme e confiante em seu Senhor, não obstante as ameaças do rei assírio e apesar da constatação de que seu poderio militar semeava pânico, terror e morte por onde passava. De todos os modos, Isaías demonstra a veracidade da Palavra do Senhor com um sinal: atrasa dez graus a sombra do relógio de sol. Ironicamente, o resto dos anos do rei começa a toldar-se de sombras a partir desse momento.

Embaixada de Merodac-Baladã (2Rs 20,12-21). Ezequias recebeu uma embaixada muito especial proveniente da Babilônia, que vem congratular-se com ele pelo restabelecimento de sua saúde. No meio da euforia, o rei lhes mostra todos os tesouros e riquezas do templo e do palácio. Isso provoca uma profecia assombrosa de Isaías sobre o fim de Judá por ação dos babilônios. Visto que essa previsão acontecerá a longo prazo, o rei toma as palavras do profeta como bom anúncio, posto que semelhante acontecimento não ocorrerá durante seu reinado. Ezequias demonstra o egoísmo próprio daqueles que ostentam o poder, os quais só se preocupam com que sua integridade pessoal esteja a salvo. Este capítulo termina com a conhecida fórmula sobre a morte do rei e sua sucessão (v.21).

Manassés de Judá (2Rs 21,1-18). Se o pecado e a perdição do Reino do Norte, assim como o consequente castigo, têm como responsável Jeroboão (cf. 2Rs 17,21-23), o pecado, a perdição e o futuro castigo do povo de Judá têm sua origem em Manassés. Apesar de ser o filho e sucessor do inigualável Ezequias (cf. 2Rs 18,3-8), Manassés encarrega-se de restabelecer tudo o que seu pai havia abolido: os cultos locais, a idolatria, os costumes pagãos e a contaminação do culto com estátuas e altares no mesmíssimo templo de Jerusalém; faz o que nossa mentalidade popular

atribuiria a um “anticristo”. Mas seus pecados não se detêm só no cultural ou religioso, pois o deuteronomista denuncia também seus contínuos crimes e os frequentes derramamentos de sangue inocente que chegaram “a inundar Jerusalém” (2Rs 24,4), um exagero do narrador para realçar sua sensibilidade para com a justiça social e especialmente a vida. Existe um dado muito importante que vale a pena levar em consideração: o deuteronomista, ao mesmo tempo em que denuncia as ações negativas do rei e o responsabiliza pelos males que sobrevirão ao povo, dá a entender que o povo segue-o com agrado (vv.8s); isso serve ao narrador para recordar que o povo foi pecador e rebelde desde que saiu do Egito (v.15). De novo, a propósito do comportamento de Manassés, recupera força a profecia que Isaías já havia pronunciado diante de Ezequias: Judá e Jerusalém vão acabar mal (vv.10-15).

Amon de Judá (2Rs 21,19-26). Muito dificilmente poderia Amon, o sucessor, transformar um reinado tão longo como o de Manassés, especialmente suas “contra-reformas”. Era mais fácil continuar a mesma linha seguida por seu pai, como com efeito o fez durante seu breve período de reinado. Também Amon recebe a qualificação negativa do deuteronomista, como um rei contrário ao ideal do crente judeu e ao modelo de rei que devia reger-se pelos mandamentos do Senhor.

Josias de Judá (2Rs 22,1-23,30). Junto com seu bisavô Ezequias, Josias é o único rei de Judá que merece o qualificativo de rei justo, equiparável a Davi. De Josias sabemos que retoma a política reformadora de seu bisavô; segundo a narração, tudo começa porque Josias ordena uma remodelação e reparação do edifício do templo. Nesses trabalhos, o sacerdote Helcias encontra uma cópia do livro da Lei e, depois de tê-lo lido, envia-o ao rei para que também o leia. Tendo Josias escutado o conteúdo do rolo, “rasgou as vestes” (22,11) em sinal de humilhação e de reconhecimento

de que o povo estava muito longe do exigido pelo Senhor.

Consultada a profetisa Hulda por ordem do rei, ela retoma a profecia do castigo de Judá (22,16s), mas ao mesmo tempo envia uma mensagem de tranquilidade como resposta do Senhor à humilhação e ao reconhecimento do pecado do povo (22,18-20). Sobre esse fundo podemos entender melhor as seis grandes ações que o rei empreende: 1) tendo sido lido o rolo diante de todo o povo, o rei firma diante do Senhor uma aliança com o assentimento de todos (23,1-3), tal qual havia feito Josué em Siquém séculos antes (cf. Js 24,1-28); 2) renovada e subscrita a aliança, Josias empreende a purificação do culto; isso implica na abolição definitiva de todos os santuários locais e de todos os redutos do culto para outras divindades que se encontrem no reino (23,4-15); 3) centraliza definitivamente o culto em Jerusalém e faz vir para a cidade todos os sacerdotes que oficiavam nos santuários locais (23,8); 4) sua ação abrange também os territórios do norte onde seu reinado alcança, pois muitos deles foram recuperados pelo próprio Josias para Judá; ali derruba o altar de Betel, que Jeroboão havia construído por ocasião da divisão do reino, assim como os centros de culto nos lugares altos dispersos por toda a Samaria (23,15-20); 5) uma vez realizado esse trabalho, só falta uma coisa: a celebração da Páscoa em honra do Senhor, porque “jamais se celebrou Páscoa semelhante, desde a época dos juízes que tinham regido Israel, e durante todo o tempo dos reis de Israel e de Judá” (23,22); 6) para ajustar-se mais ainda às exigências do livro da Lei, faz desaparecer também necromantes, adivinhos, ídolos, fetiches e todos os aborrecíveis objetos de cultos estranhos que ainda existiam em Judá e em Jerusalém (23,24).

Mas nem a humilhação do rei, nem a renovação da aliança, nem as reformas culturais e religiosas conseguem afastar a profecia da destruição de Jerusalém. Desventuradamente, na leitura que o deuteronomista faz dos

acontecimentos históricos mundiais da época, só leva em consideração a tese do castigo de que se fez merecedor o povo de Judá por suas infidelidades e rebeldias, um ponto de vista muito limitado. Com isso, fica sob censura a imagem desse Deus justo e misericordioso, cheio de bondade e de paciência que se percebe em outros momentos da vida do povo. Não estamos diante do Deus que acima de tudo ama e perdoa, aquele que séculos mais tarde nos vai revelar Jesus de Nazaré e ao qual nós devemos aderir com fé.

Joacaz de Judá (2Rs 23,31-35). Depois da morte de Josias começa já a delinear-se a curva da queda definitiva de Judá. Joacaz, no pequeno tempo que durou seu reinado, prefere voltar às práticas de seu bisavô Manassés e dos outros reis que fizeram o que o Senhor censura. Apesar das mensagens internacionais sobre o poderio babilônico que se derrama sobre todo o Oriente Próximo, o Egito quer demonstrar que também é forte: submete Judá, deporta o rei, substitui-o por outro membro da família de Josias e obriga o antigo reino a pagar um pesado tributo. Joacaz morre em terra egípcia, talvez como um sinal da desventura que está para chegar a toda a nação judaica.

Joaquim de Judá (2Rs 23,36-24,7). Joaquim é o rei que o Egito impôs em Judá; seu verdadeiro nome era Eliacim, mas o faraó o muda para Joaquim. Todavia, sob o domínio egípcio Nabucodonosor da Babilônia submete Judá. O rei Joaquim se revolta, talvez pensando que o Egito o defenderia; todavia, Babilônia intensifica seus ataques e não só mantém submisso Judá, mas, além disso, encurrala o Egito ao lhe arrebatar seus últimos territórios em Canaã (24,7). De novo repisa-se que todas essas ações contra Judá são enviadas pelo Senhor para castigar os pecados dos reis que não foram fiéis ao querer divino.

Joaquim de Judá (2Rs 24,8-17). Já não existe nada a fazer. A

Babilônia é agora a dona absoluta de todos os territórios ao ocidente do Eufrates, inclusive o Egito. Judá, governada por Joaquin, nada pode fazer senão render-se pacificamente ao novo senhor mundial, que carrega todos os tesouros do templo e tudo o que existe de valor em Jerusalém. Para referendar ainda mais seu domínio, leva para a Babilônia também o rei, seus familiares e as classes mais representativas da nobreza dirigente do país. Estamos diante da primeira das três deportações seletivas que ainda serão realizadas por Babilônia. As profecias, embora não se especifiquem quais, estão se cumprindo.

Sedecias de Judá (2Rs 24,18-20). Da mesma forma como fez o Egito, Babilônia impõe um novo rei, Matanias, tio do rei deportado, cujo nome passa a ser Sedecias. Também esse rei “fez o mal aos olhos do Senhor” (v.19), com o que também contribuiu para acelerar o castigo definitivo.

Queda de Jerusalém (2Rs 25,1-21). As tropas babilônicas apresentam-se de novo na cidade de Jerusalém, que consegue resistir durante algum tempo. Quando já se via tudo perdido, o rei decide abrir uma brecha na muralha da cidade e escapar de noite, mas é alcançado perto de Jericó e levado preso para Rebla. Ali Nabucodonosor executa duas ações com um elevado valor simbólico: assassina em presença do rei preso os filhos dele, depois lhe arranca os olhos e o acorrenta para levá-lo prisioneiro para Babilônia, capital do império. Por outro lado, Jerusalém é arrasada, suas muralhas destruídas e o templo incendiado, o sumo sacerdote é aprisionado e o resto da população é deportado, ficando só uns poucos habitantes da classe social mais baixa. “Assim foi Judá deportado para longe de sua terra” (v.21).

Godolias (2Rs 25,22-26). Para governar o território conquistado de Judá, Babilônia nomeia governador Godolias, ao que parece membro de uma família nobre de Jerusalém. Godolias estabelece-se em Masfa,

cidade próxima da capital destruída, de onde aconselha seus cidadãos a que se mantenham submissos ao novo amo para não sofrer mais complicações. Não obstante, após poucos meses é assassinado por um do partido antibabilônico. Esta ação atraiu entre a população o temor a represálias da Babilônia, e por isso muitos fugiram para refugiar-se no Egito. Recordemos que nesta fuga arrastaram consigo Jeremias, o profeta que preferia a submissão a Babilônia mais que pensar no Egito como apoio e menos ainda como lugar de refúgio.

Anistia (2Rs 25,27-30). Era costume entre os reis mesopotâmicos conceder graças especiais ao povo no ano de sua ascensão ao trono; fala-se inclusive de um perdão geral de dívidas e da libertação de alguns presos. É provável que Evil- Merodac, sucessor de Nabucodonosor, continuasse com essa tradição e concedesse a anistia não só a Joaquin, o rei que havia sido levado para a Babilônia no primeiro grupo de deportados de Judá, mas também a outros reis presos. O narrador deuteronomista só menciona Joaquin; o rei lhe promete seu favor, e seu assento é mais elevado dentre o resto dos anistiados (v.28). Com esses dados o narrador talvez pretenda manter viva a esperança de um futuro diferente para Judá; pode ser que veja em Joaquin, favorecido agora pelo rei babilônico, o ponto no qual se apoiará a continuidade da promessa feita a Davi, de quem provirá o rei bom e justo que Dt 17,14-20 descreve. O fato é que o deuteronomista não constata deliberadamente o fim definitivo de Judá, nem faz nenhum tipo de reflexão como a que fez diante da queda do Reino do Norte. Nem mesmo explicita que já não tem importância continuar pensando em uma futura monarquia, e menos ainda em uma dinastia davídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A BÍBLIA ANOTADA - Editora Mundo Cristão, 1991
- A BÍBLIA DE JERUSALÉM - Editora Paulus, 2000
- BÍBLIA DO PEREGRINO - Editora Paulus, 2000
- BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS - Editora Difusora Bíblica, 1998
- BÍBLIA FÁCIL - Centro Bíblico Católico, 2001
- BONORA, Antonio *et al.* *Vademecum para o Estudo da Bíblia*. Edições Paulinas, 2000
- DIAS DA SILVA, Cássio Murilo. *Metodologia de Exegese Bíblica*. Edições Paulinas, 2000
- DRANE, John *et al.* *Atlas da Bíblia*. Editora Paulus, 2004
- SESBOÛE, Bernard *et al.* *História dos Dogmas*. Editora Loyola, 2005.